



**UFBA – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
EA – ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PDGS – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL**

TRICIA VIVIANE LIMA CALMON

**PRÁTICAS DE GESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS DE CUIDADOS PARA
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA PANDEMIA E PARA O MUNDO PÓS-
PANDÊMICO**

Salvador - BA
2023

TRICIA VIVIANE LIMA CALMON

**PRÁTICAS DE GESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS DE CUIDADOS PARA
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA PANDEMIA E PARA O MUNDO PÓS-
PANDÊMICO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientador: Prof. Dr. André Luis Nascimento dos Santos (Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia).

C164 Calmon, Tricia Viviane Lima.

Práticas de gestão social e políticas de cuidados para população em situação de rua na pandemia e para o mundo pós - pandêmico / Tricia Viviane Lima Calmon. – 2023.
100 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. André Luis Nascimento dos Santos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2023.

1. Pessoas em situação de rua. 2. Exclusão social. 3. COVID 19, Pandemia de, 2020 – Aspectos sociais. 4. Gestão social.
 5. Redução de danos. 5. Política pública – Direitos fundamentais.
- I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 334



Universidade Federal da Bahia
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
SOCIAL (PPGDGS)**

ATA N° 29

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL (PPGDGS), realizada em 06/03/2023 para procedimento de defesa da Dissertação de MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL no. 29, área de concentração Desenvolvimento e Gestão Social, do(a) candidato(a) TRICIA VIVIANE LIMA CALMON, de matrícula 218222111, intitulada PRÁTICAS DE GESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS DE CUIDADOS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA PANDEMIA E PARA O MUNDO PÓSPANDÊMICO. Às 19:00 do citado dia, Escola de Administração, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof. Dr. ANDRE LUIS NASCIMENTO DOS SANTOS que apresentou os outros membros da banca: Prof. Dr. EDGILSON TAVARES DE ARAUJO e Profª. Dra. ANA LUIZA PINHEIRO FLAUZINA. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Documento assinado digitalmente
gov.br
ANA LUIZA PINHEIRO FLAUZINA
Data: 20/09/2023 07:32:18-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Dra. ANA LUIZA PINHEIRO FLAUZINA, UFBA

Examinadora Externa ao Programa
gov.br
Documento assinado digitalmente
EDGILSON TAVARES DE ARAUJO
Data: 20/09/2023 06:09:00-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Dr. EDGILSON TAVARES DE ARAUJO, UFBA

Examinador Interno
gov.br
Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIS NASCIMENTO DOS SANTOS
Data: 20/09/2023 00:02:07-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Dr. ANDRE LUIS NASCIMENTO DOS SANTOS, UFBA

Presidente

TRICIA VIVIANE LIMA CALMON

Mestrando(a)

(DEDICAÇÃO) À minha família,
e referências políticas, dentre
elas a população em situação
de rua por tudo que me ensinou.

AGRADECIMENTOS

Tudo o que vivi no período da chegada até o final do Mestrado fez deste uma jornada desafiadora, que revolveu muitos dos sentidos da minha vida. Eu gostaria de dizer que desistir nunca passou pela minha cabeça, mas passou. Por outro lado, não posso dizer que esse tenha sido um pensamento que se sedimentou em nenhum lugar dentro de mim e é aí que sinto a necessidade de agradecer.

A minha avó e meu avô, Matilde da Trindade Lima e José Cerqueira Lima, estes que transcendem nos últimos anos e não estavam fisicamente aqui para assistir à defesa da dissertação. Quando entrei no Mestrado eu pensava em me redimir por, na ocasião da minha Graduação, não ter entendido que aquele não era um momento sobre mim, mas sobre todas que investiram ao longo da minha vida pela minha educação. Não fiz festa, não fiz convites e eles, como sempre, superando as dificuldades, vieram de surpresa para assistir à colação de grau. Não foi possível tê-los presentes e isso também dificultou a conclusão. Foi mudança demais em um tempo muito curto. Com eles aprendi a importância dos rituais ao longo da vida e da generosidade.

Assim, tenho que agradecer também aos meus avós paternos (Mariazinha e Humberto) porque tenho que honrar tudo o que me constitui, nesse sentido até mesmo o meu pai. Edimário Portela Calmon, que se ausentou como pai cumprindo a sina de boa parte dos homens negros que passam pela vida sem compreender o sentido do amor das suas filhas/os. Este também fez a transcendência nesse período.

Preciso agradecer a minha irmã, Tatiane Lima Calmon de Souza, a pessoa mais honesta, inteligente e sensível que eu conheço e me livrou de ter que lamentar por não ter cumprido outros ritos importantes, dentre eles, concluir esse Mestrado.

A minha mãe, Sueli da Trindade Lima, uma pessoa enorme que não permite que ninguém perto dela deixe de ter coragem para enfrentar os desafios; o seu exemplo nos impulsiona a continuar, a encontrar força ainda que doa. Uma mulher dirigida por Deus e pelos orixás e que dedicou a vida a mim e a minha irmã com o maior amor do mundo. Em nome dela, agradeço às minhas tias e tios (Mara, Luciene, Zé Ricardo,

Carlos, Virgílio, Antônio e Paulinho).

Sou grata pela força que tive de Ademário de Jesus Almeida Jr., pessoa que admiro e que tive como companheiro ao longo de todos esses anos até aqui; ele também me apresentou uma das pessoas mais incríveis que conheci, Odete Cardoso, que agora também só posso contar em memória.

Por fim, para lidar com tantas perdas, feridas reviradas, redescobertas de mim e do sentido das coisas, foram importantes amigas e amigos que não soltaram a minha mão, irmãs que a vida me deu que mantiveram o foco quando eu não conseguia enxergar bem, distraída com tantos acontecimentos; a estas eu agradeço em nome de Ana Luiza e Walbert dos Santos.

Para terminar essa fase da minha vida, eu precisava ter as condições de ressignificar o que há de fundo entre a vida e a morte. Eu comprehendi que não é sobre fim, mas sobre recomeços. Agora eu consigo extraír dos aprendizados a vida que persiste em mim, a partir de todos estes seres fantásticos que me constituem e transcederam, e seguir em marcha com todas as outras, afinal, “nossos passos vêm de longe”¹.

¹ WERNECK, Jurema. O livro da saúde das mulheres negras: **nossos passos vêm de longe**. A expressão é utilizada em referências variadas, no movimento de mulheres negras.

"Somos herdeiros de uma luta histórica iniciada por muitos antes de nós".

(Luiza Bairros)

CALMON, T. V. L. **Práticas de gestão social e políticas de cuidados para população em situação de rua na pandemia e para o mundo pós-pandêmico.** (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia. 95 f. Salvador, BA, 2022.

RESUMO

O trabalho visa contextualizar e evidenciar como as condições de prevenção e cuidado - seja em condições de normalidade, seja em condições de crise sanitária – não estão postas de maneira igual para todas as pessoas, sobretudo considerando que o acúmulo histórico do empobrecimento de uma sociedade edificada sob bases escravocrata e racista não oferece meios de resiliência para a população. Discute como se reiterou a invisibilização das pessoas mais vulnerabilizadas, estendendo às profissionais que atuam junto a estas, exemplificando como é central uma ação pública para a garantia de direitos que seja sensível à mobilização dos desejos, como parte primordial da humanidade de cada sujeito. Neste sentido, destaca o papel de instrumentais de arte-educação para promover o cuidado à população em situação de rua na pandemia. Destaca, ainda, como a atualização da demanda pela inserção profissional de um segmento populacional que vive no subemprego e que se vê ainda menos priorizado diante da crise econômica agravada com a pandemia e situa o trabalho como um direito que vem sendo pensado no seio de um programa de redução de riscos e danos para populações vulneráveis, como lugar de proteção social.

Palavras-chave: gestão social; população em situação de rua; redução de danos físicos e sociais; proteção social.

CALMON, T. V. L. **Social management practices and care policies for homeless people during the pandemic and for the post-pandemic world.** (Dissertation) Master in Development and Social Management at the Federal University of Bahia. 95 f. Salvador, BA, 2022.

ABSTRACT

The work aims to contextualize and highlight how the conditions of prevention and care - whether in normal conditions or in conditions of health crisis - are not placed in the same way for all people, especially considering that the historical accumulation of the impoverishment of a society built on slaveholding and racist foundations does not offer means of resilience for the population. It also informs how the invisibilization of the most vulnerable people was reiterated, extending to the professionals who work with them, exemplifying how central a public action is to guarantee rights that is sensitive to the mobilization of desires as a primordial part of the humanity of each subject. In this sense, the role of art-education instruments to promote care for the homeless population during the pandemic is highlighted. Also noteworthy is the update of the demand for the professional insertion of a population segment that lives in underemployment and that sees itself even less prioritized in the face of the economic crisis aggravated by the pandemic, placing work as a right that has been thought of within a program risk and harm reduction for vulnerable populations as a place of social protection.

Keywords: social management; homeless population; reduction of physical and social harm; social protection.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACN - Associação Nacional Cristã
ADESAF - Articulação de Tecnologias Sociais e Ações Formativas
CAPS - Centro de Atenção Psicossocial
CEAFRO - Programa criado pelo Ceao/Ufba
CEAO - Centro de Estudos Afro-orientais da Ufba
CEFET-BA- Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia
CIAGS - Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social
CIPÓ – Comunicação Interativa
CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas
CNJ - Conselho Nacional de Justiça
COMVIDA - Comunidade Cidadania e Vida
COPENE - Congresso de Pesquisadores Negros
COVID-19 - Coronavírus Disease 2019
CPA - Comissão Permanente de Avaliação
CRH - Centro de Recursos Humanos da UFBA
CRIA - Centro de Referência Integral de Adolescentes
DBA - De Braços Abertos
DPE-BA - Defensoria Pública do Estado da Bahia
EAUFBA - Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia
EJA - Educação de Jovens e Adultos
FUNCEP - Fundo de Combate à Pobreza
HIV - Human Immunodeficiency Virus
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILER - Incentivo a Leitura e Escrita
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
MNPR - Movimento Nacional da População em Situação de Rua
MNU - Movimento Negro Unificado
NENU - Núcleo de Estudantes Negros da UFBA
OMS - Organização Mundial da Saúde
OSID - Obras Sociais Irmã Dulce
PAC - Plano de Acompanhamento do Cuidado
PCA - Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento
PMS - Prefeitura Municipal de Salvador
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
POT - Programa Operação Trabalho
PPA - Plano Plurianual
PTS - Plano Terapêutico Singular
RAPS - Rede de Atenção Psicossocial
RD - Redução de Danos
SEC - Secretaria de Educação do Estado da Bahia
SECULT - Secretaria da Cultura do Estado da Bahia
SENUN – Seminário Nacional de Universitários Negros e Negras
SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SETRE - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia
UFBa – Universidade Federal da Bahia
SEDUR - Secretaria do Desenvolvimento Urbano
SESAB - Secretaria da Saúde

SINE – Sistema Nacional de Emprego

SEPROMI – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia

SJDHDS- Secretaria de Justiça Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (Governo da Bahia)

SUS – Sistema Único de Saúde

VLT

SMDEI/RJ - Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação do Rio de Janeiro

SEMPM - Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza

SMTE - Secretaria Municipal do Trabalho e Empreendedorismo

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TOPA – Todos pela Alfabetização

UAR – Unidade de Apoio na Rua

UCSal - Universidade Católica do Salvador

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

UNIBAL - União dos Baleiros

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 A TRAJETÓRIA QUE ME CONDUZ AO MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO	13
1.2 O MEU CORRE COMEÇA EM SANTO AMARO DA PURIFICAÇÃO, ONDE NASCI	13
1.3 OS “CORRES” EM SALVADOR ME FIZERAM “PEGAR NOVAS VISÕES”	14
1.4 A ESCOLA DAS GREVES DOS SERVIDORES FEDERAIS E DOS ESTUDANTES EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE	15
1.5 A PARTICIPAÇÃO NO GRUPO KIZUMBA E O ENCONTRO COM O MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR	16
1.6 INGRESSO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, CRIAÇÃO DO NENU E CONTRIBUIÇÃO NAS AÇÕES AFIRMATIVAS	20
1.7 A MINHA NOVA FASE PROFISSIONAL NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA A CONSTRUÇÃO DO FUNDO BAOBÁ PARA A EQUIDADE RACIAL	22
1.8 “CORRE” NA GESTÃO PÚBLICA: DA SEPROMI-BA ATÉ O PROGRAMA DE REDUÇÃO DE DANOS CORRA PRO ABRAÇO, DA SJDHDS.....	23
3 OS DESAFIOS QUE ENVOLVEM A POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA POPULAÇÕES EMPOBRECIDAS E QUE VIVEM EM TERRITÓRIOS CRIMINALIZADOS (REFERENCIAL TEÓRICO) ..	28
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	33
5 AS CONDIÇÕES OBJETIVAS PARA O ENFRENTAMENTO À COVID-19: ABISMO SOCIAL BRASILEIRO, O RACISMO E AS PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMO DETERMINANTES	35
5.1 POR QUE AS CLASSES MAIS EMPOBRECIDAS TÊM DIFICULDADE EM CUMPRIR O ISOLAMENTO SOCIAL. A FRATURA ESTÁ EXPOSTA	35
5.2 SOBRE O RACISMO, AS PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO E O ABISMO SOCIORRACIAL HISTORICAMENTE CONSTRUÍDO NO BRASIL	36
5.3 SOBRE AS CONDIÇÕES OBJETIVAS PARA O ENFRENTAMENTO À COVID-19 NUMA SOCIEDADE RACISTA E DESIGUAL	39
5.4 PELA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, NEM UM PASSO ATRÁS.....	40
6.1 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE REDUÇÃO DE RISCOS E DANOS CORRA PRO ABRAÇO.....	41
6.2 A ARTE-EDUCAÇÃO EM UM PROGRAMA DE REDUÇÃO DE DANOS	43
6.3 A EXPANSÃO DAS ATIVIDADES NA ÁREA PEDAGÓGICA, PARA REDUÇÃO DE DANOS	44
6.3 QUANDO FALTOU A ARTE-EDUCAÇÃO NO PROGRAMA DE REDUÇÃO DE DANOS CORRA PRO ABRAÇO	49
6.4 NADA É! QUANDO OS USUÁRIOS DE DROGAS EM SITUAÇÃO DE RUA VIRAM SINÔNIMO DE “OS QUE NÃO QUEREM SAIR DA RUA”	51
6.5 QUANDO A ARTE-EDUCAÇÃO DEU NOME NA PANDEMIA.....	52
6.6 NADA É! NÃO SE PODE APONTAR UMA RESPONSABILIZAÇÃO INDIVIDUAL POR UMA TRAGÉDIA SOCIAL QUE É COLETIVA	54

7 FAZER O CORRE PARA REDUZIR DANOS: CRIAÇÃO DE AMBIÊNCIA INSTITUCIONAL PARA A INSERÇÃO PROFISSIONAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	56
7.1 A NECESSIDADE DE SE CRIAR UMA AMBIÊNCIA PARA A INSERÇÃO PROFISSIONAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	56
7.2 O DESAFIO DA INSERÇÃO PROFISSIONAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	58
7.3 O PROGRAMA DE REDUÇÃO DE RISCOS E DANOS FÍSICOS E SOCIAIS CHAMADO CORRA PRO ABRAÇO	62
7.4 O DESENVOLVIMENTO DO TEMA DA INSERÇÃO PROFISSIONAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO PROGRAMA CORRA PRO ABRAÇO....	64
7.5 A LEGISLAÇÃO E EXPERIÊNCIAS QUE ORIENTAM SOBRE OS DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA À INSERÇÃO PROFISSIONAL.....	68
7.6 A DEMANDA PELA INSERÇÃO PROFISSIONAL ESTÁ POSTA, MAS O PERFIL DAS TRABALHADORAS NÃO ESTÁ MONITORADO	71
7.7 ARTICULAÇÃO DE PARCERIAS INSTITUCIONAIS PARA INICIAR UMA CONDUÇÃO SISTEMÁTICA DE SOLUÇÕES PARA O TRABALHO E RENDA DA PSR, COM A SETRE E SEC	72
7.8 ENTRE OS ANOS DE 2016 E 2019, O PCA REGISTROU EXPERIÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO PROFISSIONAL RELEVANTES	75
7.9. A ORGANIZAÇÃO SISTEMÁTICA DA AMBIÊNCIA DEVE ENVOLVER OS SERVIÇOS DA REDE, ESFERAS DE GOVERNOS E SOCIEDADE	77
7.10 MÉDIDAS QUE PODEM SER ADOTADAS NA GESTÃO DOS SERVIÇOS DA RAPS, EM FAVOR DA INSERÇÃO PROFISSIONAL DO SEU PÚBLICO ATENDIDO	
77	
7.11 AS EMPREGADORAS - EMPRESAS, ÓRGÃOS PÚBLICOS E COLETIVOS PARCEIROS - TAMBÉM PRECISAM ESTAR PREPARADAS	78
7.12 OS IMPACTOS ESPERADOS DE UMA AÇÃO SISTêmICA PELO FORTALECIMENTO DO TRABALHO COMO PARTE DO PROCESSO DE GARANTIA DA PROTEÇÃO SOCIAL	80
8 CONCLUSÃO	85
REFERêNCIAS	90

1. INTRODUÇÃO

1.1 A TRAJETÓRIA QUE ME CONDUZ AO MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO

Para concluir o Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social, em meio à pandemia do novo coronavírus, necessitei revisitar os sentidos dos temas que me propus tocar, a ressignificação dos lutos, as perdas, as mudanças e a nova força que emerge disso tudo, junto com os desafios de resiliência e reconstrução pessoal e coletiva.

Nesse processo de revisitar o meu percurso pessoal, político e profissional, reencontrei conexões esquecidas, ou antes não identificadas por mim, que foram exatamente o que me trouxeram até aqui. Assim, para iniciar, fui convencida de que, para falar dos aprendizados sobre soluções em gestão social para as problemáticas da população em situação de rua e os seus “Corres”, seria bom eu contar a relação disso com os meus próprios “Corres”.

1.2 O MEU CORRE COMEÇA EM SANTO AMARO DA PURIFICAÇÃO, ONDE NASCI

Certa feita, uma arte-educadora do Programa de Redução de Danos Corra pro Abraço disse que se identificava muito com a trajetória das pessoas assistidas pelo Corra e que isso lhe provocava reflexões sobre como há uma linha tênue entre viver em situação de rua e estabelecer uma carreira profissional sólida, sendo uma artista negra advinda do bairro de Cajazeiras, Salvador-BA. Depreende-se, portanto, que muitas coisas podem gerar identificação com o trabalho e com população em situação de rua: a trajetória de vida recortada em seus processos de superação de vulnerabilidade é uma delas.

Minha irmã e eu nascemos na década de 1980. Minha mãe pariu minha irmã com dezesseis anos e a mim com dezoito. Mesmo casada, em muitos momentos, ela precisou cuidar de nós duas sozinha. Quando finalmente veio a separação, assumiu-nos por completo, já que meu pai, falecido no ano de 2018, também acabou se

separando das filhas. Ela sempre priorizou a nossa educação e, mesmo com um salário baixo, manteve-nos em escolas privadas até quando pôde, sendo sempre muito criticada por isso. Para alguns, priorizar a educação era “querer viver em condições fora do padrão”.

Ocorreu um pacto entre nós três. Uma espécie de acordo tácito de que as duas nos dedicaríamos aos estudos, enquanto ela trabalharia para viabilizar nossa vida.

No meio da década de 1990, após um problema grave de saúde com a minha mãe, foi necessário migrarmos para uma escola pública. A escola pública, definitivamente, não aportava o que nós precisávamos, estando muito aquém do que oferecia a escola privada. No entanto, aquela experiência foi muito importante. Importante, porque me deu a dimensão real do quanto a falta de perspectiva e horizonte é construída nesses espaços e quanto se torna difícil seguir com os estudos. Fazer faculdade era um fato consolidado no horizonte da maioria dos meus colegas na escola privada. Na escola pública, porém, a fala de colegas era de descrédito em si mesmos. Lembro de ouvir tais colegas dizerem que eu tinha potencial para cursar o nível superior, mas que elas não poderiam. Isso me marcou e me fez querer sair daquela escola.

Na verdade, aquela experiência me fez querer buscar uma educação pública, mas de mais qualidade. Movida por esse propósito, em 2000, ingressei no Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (Cefet-BA) e fui morar em Salvador, na capital.

1.3 OS “CORRES” EM SALVADOR ME FIZERAM “PEGAR NOVAS VISÕES”

Era um domingo quando minha mãe e eu chegamos em Salvador e pegamos um ônibus, o Ribeira 0218, que passava na Avenida Luiz Tarquínio, onde eu passaria a morar. Lembro que circulando pelo bairro do Comércio, eu vi, pela primeira vez, famílias inteiras deitadas nas calçadas. Eu tinha quatorze anos e lembro de ter achado tudo muito estranho. Não era comum para mim ver pessoas em situação de rua. Acho mesmo que eu nem pensava sobre a existência daquela realidade.

Em cidades do recôncavo baiano, de onde eu vim, eram poucas as pessoas que viviam nas ruas. Elas eram consideradas figuras icônicas, que enlouqueceram ao

longo da vida, por algum motivo. Mas elas tinham casa, elas tinham uma história conhecida ou formulada pela comunidade. Elas faziam parte até, muitas vezes, da cultura do lugar. Famílias inteiras na rua por conta da extrema pobreza, por um tipo de pobreza urbana, não era comum, e aquela cena me marcou. Mal sabia que um dia (16 anos depois) eu trabalharia pelos direitos desse segmento populacional.

No dia seguinte, após a aula inaugural, minha mãe foi embora para Santo Amaro, pegando o ônibus Barbalho-Iguatemi para a Rodoviária. Passei a viver uma realidade muito diferente. Às seis horas da manhã, eu saía de casa, caminhava ao longo de toda a Avenida Luiz Tarquínio e chegava no Largo de Roma. Ali, eu pegava um ônibus cheio, até chegar ao Barbalho, onde ficava o CEFET-BA.

As aulas começavam às sete horas da manhã. Havia atividades extracurriculares no turno oposto e, com o tempo, eu fui me engajando no movimento estudantil. O Barbalho é próximo do Centro Histórico, tinha muita novidade e eu queria conhecer. Fazíamos todos os percursos caminhando. Caminhar é a melhor forma de conhecer um território, e essa era a única forma de explorar a cidade, já que eu não tinha recurso para o transporte, além do dinheiro da ida e volta diária de casa para a escola. Quando dei por mim, estava vivendo intensamente, com uma rotina que me fazia sair às seis da manhã de casa e só chegar no final do dia.

Todas as sextas-feiras eu saía de casa com a mochila arrumada para visitar Santo Amaro. Ao chegar lá eu visitava todas as minhas amigas, todas as casas dos meus familiares e era uma festa. Sinto que era quase um renascimento, era quando eu retomava a energia. Na época, eu não percebia isso tão claramente e, por isso, não questionava, mas a vida em Salvador não era fácil. Todos os domingos eram tristes, principalmente no primeiro ano, e eu sofria na hora de ir embora.

1.4 A ESCOLA DAS GREVES DOS SERVIDORES FEDERAIS E DOS ESTUDANTES EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE

Esses foram momentos muito importantes para minha formação política. Os professores eram muito engajados, e eu ajudava a construir as atividades de greve. Eu sempre estranhei quando as pessoas diziam que não optariam pelas instituições

de ensino federais por conta do atraso que a greve trazia. A minha educação política me informou o contrário: as greves geram oportunidades de conhecer as pessoas e as lutas sob outros ângulos, conhecer o sentido da educação e para onde estávamos caminhando enquanto sociedade. Foi nesse período que aprendi a construir e participar de assembleias estudantis, também de professores, e de passeatas.

Passávamos de sala em sala para convocar os demais estudantes para as atividades de luta na greve, para que se engajassem. Lembro que um jovem colega me chamou com a intenção de me alertar. Ele me disse que eu não deveria me expor, que eu poderia sofrer retaliação. Falou que uma pessoa da minha cor deveria se preservar. Eu entendi que ele era um jovem negro conformado com o lugar que a sociedade racista reserva para nós e que ele estava certo quanto aos riscos. Porém, naquele momento, entre a conformação e a resistência, eu optava pela resistência.

A minha geração no Cefet-BA reativou as atividades culturais na “Praça Vermelha”², assim como a Semana da Consciência Negra, que já havia acontecido no passado. Reativamos também o Grêmio Estudantil, com eleições. A construção da semana da Consciência Negra, em particular, foi muito rica, já que a partir dali eu conheci muitas pessoas que passaram a ser muito importantes na minha vida.

1.5 A PARTICIPAÇÃO NO GRUPO KIZUMBA E O ENCONTRO COM O MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR³

A ideia da Semana da Consciência Negra, promovida pelo Kizumba, grupo com referência negra que integrei, era realizar debates, exposições, entretenimento e, por conta disso, a gente tinha que garimpar atrações na cidade, que valorizassem e ajudassem a comunidade a conhecer a história do nosso povo. Nesse processo, eu cruzei com muitas pessoas e organizações do Movimento Negro em Salvador, porque

² O apelido do espaço de encontro no prédio da escola era uma referência à Praça Vermelha russa, em virtude da tradição militante que havia no ambiente da escola, capitaneada pelo sindicato de servidores federais; a referência à resistência à ditadura ainda é forte.

³ Como chama Nilma Lino Gomes, no seu livro com esse título. GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: *Vozes*, 2017.

a gente precisava batalhar as parcerias e apoios e, claro, fazíamos isso praticamente sem dinheiro e sem apoio da instituição.

Nessa peregrinação, um dia eu conheci o Museu Casa do Benin e as peças que tinham no local, contando a história de pessoas africanas que vieram para o Brasil. Eram peças importantes, e a diretoria da Casa, mais de uma vez, levou a exposição para a Semana da Consciência Negra no CEFET-BA.

Contamos, ainda, com a participação voluntária e gratuita de grupos afros como o Ilê Aiyê e Banda Didá, que tocavam por aqueles corredores. Lembro que o som dos tambores se sobreponha às aulas oficiais, dando lugar a um outro tipo de conteúdo.

Nós convidávamos também intelectuais negras para realizar palestras. Foi em um desses momentos que fiz contato, pela primeira vez, com a socióloga Vilma Reis, hoje uma companheira de luta que, naquele momento, era uma figura intocável para mim; e o seu discurso tinha a mesma potência de hoje. Tenho muitas lembranças de quando juntávamos estudantes na “Praça Vermelha” sentadas no chão. Ela pediu para a gente mostrar as capas dos cadernos e contar quantos cadernos não tinham homens e mulheres brancas ilustrando e destacou como aquelas imagens eram diversas dos perfis das estudantes, e que precisávamos rever isso, se quiséssemos reerguer todo o nosso povo.

Vilma Reis falou sobre a importância de sermos negras orgulhosas e que mantivéssemos o “bico na diagonal”. Aquilo foi revolucionário para muitas de nós. Aprendemos como a estética é política e como a política trabalha com uma estética. São ensinamentos dos Blocos Afros, dos quais ela é uma grande porta voz, inclusive quando canta para ensinar sobre política nas palestras.

Uma outra pessoa muito especial que conheci foi a saudosa Makota Valdina Pinto, que também convidamos para participar da semana da consciência negra. Recordo-me que fui buscá-la no ponto de ônibus, pois ela fez questão de vir com o próprio dinheiro, e de toda sua gentileza. Fui buscá-la no ponto de ônibus e a acompanhei até a escola.

Tanto ela quanto Vilma Reis me deram uma outra aula muito importante sobre como atender ao chamado de um grupo de estudantes adolescentes é também central para a luta por equidade racial, por justiça social, por justiça racial. Aprendi que não se mede esforços para apoiar a luta da juventude engajada, orgulhosa, ansiosa por transformar.

Eu realmente não deixava de ficar surpresa pelo aceite daquelas pessoas, e só depois fui entender o tipo de investimento que elas estavam fazendo pela transformação da sociedade, escolhendo os locais onde elas deveriam levar as suas vozes potentes. Realmente, foi muito estratégico dialogar conosco, dialogar comigo, dialogar com meus companheiros, minhas companheiras de luta, que queriam transformar uma realidade. Essa foi uma grande lição sobre dedicação e discernimento.

Nesse caminho, cada vez mais eu me envolvia com a política. Chegava em casa mais tarde e, muitas vezes, o dinheiro não dava para almoçar. Então, eu comia sanduíche duas vezes ao dia: no almoço e no jantar. O sanduíche era o mais barato do cardápio, geralmente misto quente, e já ficava feliz quando dava para acrescentar uma fatia de bacon.

Eram longas caminhadas nessa cidade para conhecer as bibliotecas, as sessões de cinema e participar de debates e eventos do movimento negro. Foi em um desses eventos que vi a militante Luiza Bairros falar pela primeira vez. Eu era uma menina e nem sonhava em me conectar com ela da forma como se deu mais tarde.

Naquele período, lembro-me que eu não sentia falta de nada. Seguia o pacto de manter atenção aos estudos, mas seguia firme na militância. Nem a distância que eu caminhava e nem o fato de comer apenas sanduíche por longos períodos me incomodavam; na verdade, isso era muito comum entre os meus colegas, fosse por falta de recursos ou por displicência com a saúde.

Entretanto, um dia eu adoeci e voltei para Santo Amaro. O médico disse para minha mãe que eu estava fraca, por conta dessa alimentação precária, e ela ficou envergonhada e brava. Ela trabalhava muito para que a gente não passasse fome e eu não tinha me cuidado o suficiente. Poucas coisas humilham tanto uma mãe

trabalhadora quanto não poder dar uma boa alimentação para suas filhas. O recurso de que ela dispunha, semanalmente, poderia ser suficiente para almoçar se eu o fizesse em casa, como funciona na nossa cidade pequena, mas não em Salvador. Os modos de vida numa cidade grande também eram um aprendizado.

Essa questão da insegurança alimentar⁴, eu só vim saber do que se tratava tempos depois, mas era o que passávamos. O termo pode não ser conhecido pela população em geral, mas é uma realidade comum na história das famílias negras. Eu lembro que quando eu era criança, à noite, havia uma vara de pão, minha irmã comia uma parte um pouco maior e a segunda parte era para mim. Embora ficasse mais saboroso, minha mãe não torrava o pão no forno para não perder a densidade e saciar melhor a fome. Se faltasse, minha mãe ficava sem comer. Isso era do cotidiano, eu não sofria porque eu não percebia. Hoje, adulta, observando o que se passa na vida dos outros é que eu volto, para pensar sobre a minha vida e vejo que não é à toa a minha empatia com as dificuldades das pessoas. Eu passei por isso, nós passamos por isso e por outras coisas.

O meu envolvimento com os movimentos sociais foi se intensificando, e eu buscava todas as oportunidades que viabilizassem a minha formação. Foi quando passei a ouvir Luiza Bairros, a participar de eventos de mulheres negras do Movimento Negro Unificado (MNU), da Unegro, do movimento de combate à intolerância religiosa, onde conheci Suely Santos, Lindinalva Barbosa e tantas outras pessoas importantes na minha trajetória.

No início dos anos 2000 não existiam redes sociais, e o mundo digital era infinitamente mais restrito. Então, para conhecer e escutar as pessoas era necessário se locomover. Sinceramente, não me lembro como eram divulgadas as informações sobre os eventos.

Nem eu sei em que momento eu estudava, suficientemente, para conseguir manter boas notas no CEFET-BA, mas isso não era uma questão, simplesmente acontecia.

⁴ Existe segurança alimentar quando há quantidade e diversidade alimentar suficiente para a nutrição, sem risco de faltar para alguma das refeições. Quando as pessoas não passam fome, mas possuem restrição e risco, elas estão passando por algum nível de insegurança alimentar.

Eu tinha que passar. Eu nem pensava sobre isso. Só fazia a minha parte. Foram três anos no CEFET-BA, três anos intensos.

1.6 INGRESSO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, CRIAÇÃO DO NENU E CONTRIBUIÇÃO NAS AÇÕES AFIRMATIVAS

No ano de 2003, eu passei no vestibular para o curso de Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia (Ufba) e este foi um novo divisor de águas na minha vida. Assim que entrei, junto com outros colegas, fundei o Núcleo de Estudantes Negras/os da UFba (NENU). Éramos pessoas que tinham em comum o fato de serem negras e ter a Universidade como um espaço desejado, mas ao mesmo tempo estranho e hostil. Assim, o principal objetivo era ter algum tipo de apoio mútuo, aprender e criar espaços mais acolhedores para outras pessoas negras na Universidade Pública.

Naquele momento, o debate sobre as cotas raciais e ações afirmativas começava a se rearticular, após um período de recuo. Na década de 1990, o SENUN⁵ foi espaço de forte debate a respeito das ações afirmativas e da presença negra na universidade, enfrentando a sub-representação, o epistemicídio e o eurocentrismo nos currículos.

Também em 2003, passei a compor um Comitê Pró-cotas, liderado pelo Centro de Estudos Afro-orientais da UFba (CEAO) e pelo CEAFRO⁶; ele contava, inclusive, com a participação de organizações negras externas à Universidade. O Comitê foi responsável pela construção de uma agenda de debates nos diversos *campi* da UFba, pela proposição do projeto das ações afirmativas e pelo acompanhamento da pauta nas instâncias deliberativas da instituição.

⁵ I Seminário Nacional de Universitários Negros e Negras (SENUN), ocorrido entre 3 e 7 de setembro de 1993, na Universidade Federal da Bahia (UFBA). O I SENUN reuniu cerca de 800 participantes, foi considerado o mais importante evento do calendário afro-brasileiro daquele ano e um marco na luta pela instituição das cotas raciais no Ensino Superior. As presenças na sessão especial de históricos militantes, que lutam por uma educação mais inclusiva, demonstraram a representatividade que o seminário teve, ao problematizar a inserção de negros no Ensino Superior.

⁶ Programa de educação para a igualdade racial, criado pelo Ceao

Em paralelo, e a partir da nossa experiência enquanto estudantes negras/os, construímos um projeto de permanência na universidade que chamamos de Odara Ô Ilê Awa (“bem-vindo, a casa é nossa”, em Yorubá). A elaboração contou com a colaboração da Professora Lourdinha Siqueira, lotada na Escola de Administração, à época a única professora negra titular com doutorado da universidade. Em 2004, no Congresso de Pesquisadores Negros (COPENE), em São Luiz - MA, ela nos apresentou uma outra professora negra doutora, lotada no Instituto de Letras da UFBA, Florentina Souza.

O projeto contou também com o apoio de Luiza Bairros, que coordenava o *Race and Democracy*, um programa de extensão ligado ao Centro de Recursos Humanos da UFBA (CRH). Ela nos acompanhou em reuniões importantes com a gestão da UFBA, emprestando o seu prestígio e validando a nossa proposta. Para muitos, a proposta, embora interessante, não passava de uma proposta qualquer, de estudantes jovens entusiasmados.

Partimos para buscar captação de recursos fora da universidade e estávamos em vias de aprovar. Fizemos, porém, uma avaliação de que o perfil do projeto deveria necessariamente ser implementado e financiado pela Universidade. Eu comprehendo a avaliação e concordo, mas talvez tenha sido equivocada a decisão de não avançar com a execução por outros meios, ainda que não fosse o ideal do ponto de vista político. A nossa ousadia foi grande, mas esbarrou nos desafios da execução, ante o fato de a universidade não querer legitimar a proposta. Escutamos coisas do tipo: “*primeiro vocês vão terminar a graduação, fazer uma pós-graduação e depois voltam para intervir na gestão da universidade*”.

Após a aprovação das ações afirmativas, em 2005, o Governo Federal passou a direcionar recursos para alguns projetos de ações afirmativas, como o “Conexões de saberes” e o “Afroatitude”, a partir dos quais a universidade atendeu a aspectos das demandas de estudantes que ingressaram pelas cotas. Ainda assim, esses esforços passaram ao largo de garantir aspectos integrais para a recepção e permanência de estudantes negras propostos no Odara Ô Ilê Awa.

Fato é que, muitas vezes, a história das políticas se dá assim. Os movimentos sociais denunciam, pressionam, propõem, e as instituições resistem. Apesar disso, movem-se em algum sentido, mesmo que não, necessariamente, na medida que seria desejável ou ideal. Então, cumprimos um papel ali.

Na universidade, além dos temas das ações afirmativas e das questões raciais, que passei a me apropriar mais fortemente durante a graduação, a sociologia do trabalho e do desenvolvimento foram áreas de que me aproximei, por conta da iniciação científica, quando fui bolsista CNPq/PIBIC em projetos sobre desenvolvimento local e geração de trabalho e renda na Península de Itapagipe, realizados no Centro Interdisciplinar de Gestão Social, na Escola (CIAGS) de Administração da UFBA. Esta a que retorno em 2018 para a realização deste Mestrado.

No final do curso, 2007, experimentei lecionar no ensino médio e na Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Instituto Luiz Viana Neto, em São Francisco do Conde (BA), escola pública em que estudei antes do CEFET-BA. Foi interessante passar a ser colega dos meus antigos professores, já que alguns ainda estavam lá. Cheguei a encontrar um professor que tive no ensino fundamental, ainda em Santo Amaro. Depois lecionei disciplinas de Sociologia também no Ensino Médio, em uma escola estadual em Salvador.

1.7 A MINHA NOVA FASE PROFISSIONAL NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA A CONSTRUÇÃO DO FUNDO BAOBÁ PARA A EQUIDADE RACIAL

Em 2008, eu fui chamada para participar da seleção para a nova equipe da Fundação Kellogg, que estava organizando o seu programa de saída do Brasil. A organização estava fechando o escritório e pretendia deixar um legado, atuando no campo da questão racial. Fui ao Rio de Janeiro para a entrevista e voltei no dia seguinte. Algum tempo depois fui chamada: havia sido aprovada. Naquele momento, iniciou-se uma nova fase profissional e pessoal. Não conseguia conciliar as viagens e as aulas na escola estadual; daí que solicitei o desligamento da atividade de ensino.

Com a Fundação Kellogg, eu tive a oportunidade de contribuir para a construção de um projeto ousado, a partir do qual aprendi muito e sigo aprendendo, uma vez que

hoje sou membro do Conselho do Fundo Baobá para equidade racial, resultado desse investimento da Fundação.

Nesse projeto, encontrei-me pela primeira vez com algumas pessoas que já eram referências políticas para mim e me reencontrei com outras, a partir de um outro lugar, de um lugar profissional, para um novo desafio. Criamos um comitê programático composto por lideranças de estados diferentes do Brasil,⁷ para que colaborassem e fossem escutadas sobre qual poderia ser o legado da Kellogg e que tipo de ação seria relevante para as questões raciais na realidade brasileira.

Realizamos escutas com o Movimento Negro em todos os nove estados do Nordeste, em caravanas compostas pelos membros do Comitê Programático; realizamos um Mapeamento das Organizações do Movimento Negro nesses estados (liderado pelo CEAFCRO); visitamos organizações nos Estados Unidos para refletir sobre o nosso desafio de captação de recursos para a pauta racial; participamos de instâncias da cooperação internacional e filantropia, bem como de muitas rodadas de reuniões com fundos parceiros que, a partir das suas experiências, colaborariam para o que viria a ser o Fundo Baobá, criado formalmente em 2011.

1.8 “CORRE” NA GESTÃO PÚBLICA: DA SEPROMI-BA ATÉ O PROGRAMA DE REDUÇÃO DE DANOS CORRA PRO ABRAÇO, DA SJDHDS

Em 2012 veio a experiência profissional na gestão pública, a partir da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Bahia. No período, o economista Elias Sampaio era o secretário, sucedendo Luiza Bairros, que assumira o cargo de Ministra na Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Era um momento de grande fortalecimento das políticas de igualdade racial e havia uma indução do Governo Federal para dar suporte a estados e municípios, para a formulação e execução dessas políticas. Realizar a intersetorialização junto às demais pastas nos estados e municípios era uma das prioridades, de modo que era

⁷ Luiza Bairros (BA), Lourdinha Siqueira (BA), Sueli Carneiro (SP), Magno Cruz (MA), Socorro Guterres (MA), Rebeca Tavares (PE), Lindivaldo Jr (PE), Martha Rosa (PE), Elias Sampaio (BA), **Elizabete** (RN), Solange Rocha (PB), Luiz Alberto (MG)

estimulado o diálogo para elaboração de projetos e planejamento financeiro e orçamentário. Foi nesse ambiente que dialogamos sobre a integração do Projeto Corra pro Abraço, inicialmente voltado para a redução de danos para população em situação de rua, segmento majoritariamente negro, e ações públicas para promoção da igualdade racial.

Depois de minha saída da Sepromi, no segundo semestre de 2015, que prestei uma consultoria para tratar de arranjos institucionais que respondessem à demanda pela inserção profissional para população em situação de rua. Foi a partir dali que coletei os primeiros aprendizados (conto mais adiante) e mais tarde tive a oportunidade de compor a equipe do Programa Corra pro Abraço, inicialmente na Coordenação Pedagógica e, posteriormente, na Coordenação Geral, permanecendo até maio de 2021.

Tratou-se de um reencontro com uma problemática que me tocou em 2000 ao chegar em Salvador: o fenômeno da população em situação de rua. Desta vez, a problemática se apresentou num momento em que contava com mais ferramentas, oportunizadas pela experiência profissional e política trilhadas. Vale destacar que os primeiros achados sobre o desafio da inserção profissional diziam respeito ao acesso (falta de) à educação e ao racismo, estes que foram se tornando temas fortes na minha trajetória.

Ao deixar o Corra pro Abraço, em 2021, eu retornoi à cooperação internacional, passando a compor a equipe da ActionAid Brasil, na função de Especialista em Monitoramento de Projetos. Aqui, estamos.

2 O CONTEXTO E OBJETIVO DA PESQUISA

Neste trabalho, trago a compilação de três artigos/capítulos produzidos no período da pandemia do novo coronavírus, com o objetivo de tratar da desafiadora demanda da gestão pública a respeito da promoção do cuidado e proteção social do crescente segmento populacional identificado como população em situação de rua.

Esse texto é construído a partir da minha visão como gestora posicionada na vivência da gestão social das políticas de cuidado e como sujeito mulher que se dedicou a essa pauta nesse período dramático do mundo contemporâneo. Cumpre, também, um lugar de memória diante de um momento de crise e de proposição para o presente das políticas de proteção social e para o futuro e desenvolvimento da sociedade brasileira. É certo que, se conservado o grau de desigualdade racional e econômica, esse almejado desenvolvimento da sociedade brasileira será sempre um devir. Desse modo, o trabalho responderá aos seguintes objetivos:

- Contextualizar e evidenciar como as condições de prevenção e cuidado, seja em condições de normalidade, seja em condições de crise sanitária, estão postas de maneira desigual para as pessoas, considerando que o acúmulo histórico do empobrecimento de uma sociedade edificada sob bases racialmente escravocratas não dá meios de resiliência para a população;
- Discutir como se reiterou a invisibilização das pessoas mais vulnerabilizadas, estendendo às profissionais que atuam junto a elas e exemplificar como é central uma ação pública para a garantia de direitos com olhar sensível à mobilização dos desejos como parte primordial da humanidade de cada sujeito, destacando o papel de instrumentais de arte-educação, para promover o cuidado à população em situação de rua, sobretudo na pandemia;
- Apresentar a atualizada demanda pela inserção profissional de um segmento populacional que vive no subemprego e que se vê ainda menos priorizado diante da crise econômica agravada com a pandemia, situando o trabalho como um direito que vem sendo pensado no seio de um programa de redução de riscos e danos para populações vulneráveis e como lugar de proteção social.

No artigo/capítulo AS CONDIÇÕES OBJETIVAS PARA O ENFRENTAMENTO À COVID-19: ABISMO SOCIAL BRASILEIRO, O RACISMO E AS PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMO DETERMINANTES, aproveitamos a oportunidade para rediscutir o modelo de sociedade que vislumbramos. Neste, tratamos da COVID-19 como a atualização da oportunidade de falarmos do passado, do presente e do futuro do nosso país.

A Covid-19 contraria a visão corrente sobre ser uma doença democrática, visto que as condições de prevenção e cuidado se impõem de formas diferentes a segmentos sociais distintos, assim como o potencial de letalidade do vírus. Todavia, como os ricos e classe média alta foram a porta de entrada do vírus no Brasil, tendo, entre esses, muitos vitimados, estamos de fato diante de um assunto que, em aspectos gerais, tem interessado a toda a sociedade. Assim, sugerimos aproveitar o debate.

No artigo/capítulo PROGRAMA CORRA PRO ABRAÇO – AÇÃO PÚBLICA DE REDUÇÃO DE RISCOS E DANOS PARA A GARANTIA DE DIREITOS E O PAPEL DA ARTE-EDUCAÇÃO E CULTURA PARA PROMOVER O CUIDADO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA PANDEMIA, foi possível reiterar a falta de prioridade e a invisibilização das pessoas mais vulnerabilizadas, estendendo-se aos profissionais que atuam junto a elas e como a arte-educação foi central para promover o cuidado à população em situação de rua no processo da pandemia.

Diante da falta de material e instruções dirigidas ao público que não tem acesso regular à água, não tem casa e nem acesso a máscaras, a área pedagógica da arte-educação cumpriu o papel de adaptar os conteúdos necessários sobre a pandemia do novo coronavírus para estabelecer o diálogo com a população ocupada com suas emergências de comer, dormir e sobreviver – isso é redução de danos. Afinal, o que seria uma situação limite para alguém que desconhece a realidade de viver nas ruas, na verdade, é o ordinário para alguém que vive em situação de rua.

Já no artigo/capítulo "FAZER O CORRE" PARA REDUZIR OS DANOS: CRIAÇÃO DE AMBIÊNCIA INSTITUCIONAL PARA INSERÇÃO PROFISSIONAL DE PESSOAS EM

SITUAÇÃO DE RUA, corroborando a proposta deste programa de mestrado, buscamos sistematizar a prática de gestão social acumulada pelo Programa Corra pro Abraço, período de 2016 a 2019, em favor da inserção profissional e produtiva do seu público.

Trata-se de um desafio cada vez mais preponderantemente imposto à gestão pública e à sociedade como um todo, assim, apontamos elementos para a criação de uma ambiência institucional e pedagógica para a inserção profissional de pessoas em situação de rua, a partir da articulação institucional, redução de danos e enfrentamento a estigmas. Elencamos, também, os elementos que dificultam a reorganização social e econômica desses sujeitos mais vulnerabilizados, observando o tema como um aspecto de direito e de proteção social.

3 OS DESAFIOS QUE ENVOLVEM A POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA POPULAÇÕES EMPOBRECIDAS E QUE VIVEM EM TERRITÓRIOS CRIMINALIZADOS (REFERENCIAL TEÓRICO)

Mais de 90% das pessoas que vivem em níveis críticos de pobreza pararam de estudar antes de completar o ensino fundamental e desenvolvem atividades precárias para gerar renda e dar conta da subsistência. A falta de acesso à educação de qualidade é um dado na vida de milhões de pessoas que não avançam na trajetória educacional e, muitas vezes, quando avançam, trazem consigo uma formação deficitária. Isso se relaciona com o que traz o IBGE na PNAD Educação 2019⁸, informando que mais da metade dos adultos, com 25 anos ou mais, não concluíram o ensino médio.

A pesquisa demonstra, também, a persistência das desigualdades raciais:

Das 50 milhões de pessoas de 14 a 29 anos do país, 20,2% (ou 10,1 milhões) não completaram alguma das etapas da educação básica, seja por terem abandonado a escola, seja por nunca a terem frequentado. Desse total, 71,7% eram pretos ou pardos. (IBGE, 2019)

A respeito dos motivos apontados, os marcadores de gênero permitiram destacar motivações que desfavorecem ainda mais as mulheres.

O principal motivo para os jovens terem abandonado ou nunca frequentado escola era a necessidade de trabalhar, apontada por 39,1%, seguido pelo não interesse (29,2%). Para os homens, 50% disseram precisar trabalhar e 33% relataram não ter interesse. Para as mulheres, o principal motivo foi não ter interesse em estudar (24,1%), seguido de gravidez e trabalho (ambos com 23,8%). Além disso, 11,5% das mulheres elegeram realizar os afazeres domésticos como principal motivo de terem abandonado ou nunca frequentado escola, enquanto para homens este percentual foi inexpressivo (0,7%).

Em todas as grandes regiões, precisar trabalhar e o não interesse em estudar alcançam cerca de 70% dos jovens, sugerindo a necessidade de medidas que incentivem a permanência dos jovens na escola. (IBGE, 2019)

⁸ AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>>. Acesso em 05 de nov.2022.

É verdade, também, que a maior parte dessas pessoas socioeconomicamente empobrecidas, moradoras das capitais, vive em contextos criminalizados pelo uso e/ou venda de drogas. Assim, ainda que não sejam usuárias, acabam acometidas pelos arranjos espaciais do tráfico e pelas ações de combate que acumulam efeitos sociais nocivos, ao invés de reduzir os prejuízos causados por essa dinâmica do mercado ilegal de drogas e da falta de oportunidades que leva, muitas vezes, a juventude a ser atraída para esse contexto.

Há um componente racial, de classe e de geração que vitima uma juventude negra, que é alvo de uma leitura hegemônica criminalizadora por parte da sociedade e, por conseguinte, da ação do Estado. As condutas dos sujeitos recebem sanções diferentes, a depender do perfil socioracial desses. Sobre esse aspecto, o autor do livro “Na fissura: uma história do fracasso no combate às drogas”, Johann Hari, em entrevista realizada em 2018, em visita ao Brasil, afirmou que “droga já é descriminalizada para os ricos”.

Em geral, no Brasil, ao longo do tempo o poder público tem levado em consideração duas perspectivas, ao lidar com o tema das drogas nesse cenário:

- a) investimento em ações de atenção integral para cuidado de pessoas usuárias, pautadas na Política Nacional de Saúde Mental e Álcool e outras Drogas, preconizada pela Lei 10.216/2001, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica, cujo investimento para implantação tem se demonstrado insuficiente, dado o grau de complexidade e intensidade da problemática acumulada historicamente; e,
- b) investimento em processos repressivos, na via de uma contrarreforma psiquiátrica, que pressupõe a retirada das pessoas de circulação, seja por encarceramento, internação ou eliminação física, recursos também já largamente experimentados e que têm se demonstrado insatisfatórios, visto que intensificam dados de mortes e violência, sem apresentar resultados efetivos, inclusive no que diz respeito à sensação de insegurança apresentada pela sociedade como um todo.

Observados os dados socioeconômicos da população brasileira, se intercruzados com os dados de homicídio e encarceramento, fica demonstrada que essa é uma problemática que encontra origem nas desigualdades sociorraciais do país, corroborando os estudos de especialistas das áreas de política de drogas, racismo e direitos humanos. Assim sendo, comprehende-se que o caminho está em operar com estratégias múltiplas e integradas de cuidado, o que inclui ações de correção das desigualdades sociais, que deem conta da reversão do quadro, em médio e longo prazo.

A redução da violência urbana e do índice de mortes violentas, principalmente de jovens negros e mulheres, têm sido um dos principais desafios para o desenvolvimento de territórios, imposto à gestão pública no país. A política sobre drogas e o cuidado a populações mais vulneráveis consta como um dos vetores mais importantes para lidar com essa temática, segundo os especialistas.

Na Bahia, desde 2013, o Programa Corra pro Abraço vem experimentando um trabalho junto às pessoas em situação de rua, com foco no uso nocivo de drogas (em Salvador, desde 2013, e em Feira de Santana, de 2017 a 2018), jovens moradores de bairros da periferia de Salvador (desde 2017) e Lauro de Freitas (2017-2018) e detidos em situação de flagrante, que passam pelas audiências de custódia no Núcleo de Prisão em Flagrante em Salvador (parceria com o Tribunal de Justiça da Bahia).

No caso dos bairros, o programa optou por trabalhar com jovens que possuem, nas suas trajetórias de vida, processos de violência, ruptura com a rede de educação, experiência com morte violenta de familiar e prisão e uso abusivo de drogas. Trabalha com o viés da redução de riscos e danos físicos e sociais ao uso nocivo de drogas, da formação político-cidadã, da promoção de acesso a serviços públicos básicos (envolvendo toda a rede de atenção e cuidado), capacitação de profissionais e advocacy, para as pautas identitárias (gênero, orientação sexual, raça... etc) e de direitos humanos.

Entre os jovens e adultos que se encontram em maior contexto de vulnerabilidade social, os temas relacionados ao uso abusivo de drogas, tráfico e crimes em geral

estão sempre presentes. É notório que a maioria da clientela do sistema de justiça criminal e também dos que vivem em situação de rua não acessam, ao longo de suas vidas, serviços públicos básicos e fundamentais, como cuidados com a saúde (física e psicológica), justiça, assistência social e educação de qualidade. Sobre esses, pesa o braço punitivo do Estado, que falha em prover direitos e tem sido bastante agudo em punir e encarcerar. A esse respeito, diversos estudos apontam para a operacionalização de uma “seletividade penal”, como explica Flauzina (2017), em *Corpo negro caído no chão*:

No que tange à movimentação dessa complexa rede de interações em que se consubstancia o sistema penal, uma das mais importantes conclusões a que se chegou a partir do novo paradigma é a que aponta a seletividade como uma marca desse empreendimento. (p.29)

Nesse sentido, pesquisadores têm feito uma relevante revisão sobre a abordagem da política sobre drogas e segurança pública, denunciando uma seletividade penal a usuários de drogas pobres e negros e relativizando o uso das drogas em si, enquanto fator que gera violência. Para Carl Hart (2014), a chamada “guerra às drogas” acaba vitimizando, prioritariamente, jovens e comunidades negras e pobres, enquanto outros vieses de abordagem mais branda e cuidadosa se dão a usuários de drogas de classes sociais mais elevadas e majoritariamente brancas. Ainda a esse respeito, Dudu Ribeiro (2015) lembra que as drogas são um dado social, presente em todos os tempos, em todas as sociedades no mundo:

Em diferentes épocas, a partir de diferentes substâncias, com inúmeros objetivos, a história do uso de drogas é comum à história da própria humanidade. Não há sequer registro de um momento histórico onde não houvesse qualquer utilização de substâncias equivalentes ao que hoje denominamos como droga. O século XX consolida, no entanto, uma nova categoria até então exterior ao tema: a ilicitude do manuseio, comércio e uso de algumas substâncias, dando início a uma ideia de nova “cruzada”, desta vez, contra as drogas. (RIBEIRO, 2015)

Essa leitura crítica da desmistificação do uso de drogas, aliada à perspectiva que imputa à guerra às drogas e à seletividade penal a responsabilidade pela vulnerabilização social, tem ocupado agendas progressistas que se alinham às

diretrizes fomentadas pelo Programa Corra pro Abraço. A partir desse novo paradigma, propõe-se que o foco da atuação do Estado nas comunidades se dê no cumprimento de oferta de oportunidades, educação de qualidade, saúde, saneamento básico, assistência social e acesso à informação e à justiça e que se trate do tema das drogas na perspectiva da informação sobre uso e efeitos e possíveis danos físicos e sociais. Menos punição e mais informação e prevenção. Há que se ressaltar, ainda, que o racismo e o sexism aparecem como elementos fundantes na instrumentalização dos processos de criminalização e exclusão social dos usuários de drogas (VARGAS, 2016).

O estabelecimento de uma atmosfera de medo, pânico e insegurança social, alavancada pela guerra às drogas, encontra sua caricatura mais bem-acabada na corporeidade negra. Há, portanto, uma disposição especial em se criminalizar jovens negros, resultando na exclusão social desse segmento (VARGAS, 2016). As dinâmicas de gênero também estão presentes nesse processo, sendo a criminalização das mulheres negras por tráfico de drogas um dado marcante no vertiginoso aumento das taxas de encarceramento feminino no país (VARGAS, 2016).

Diante de todos esses fatores, desenha-se um grande desafio na articulação de estratégias de inclusão que quebrem o ciclo de vulnerabilidades em torno desses segmentos sociais. O que se observa, tanto em nível nacional, quanto local, é a atuação de redes formadas por atores no campo da saúde, atenção biopsicossocial e da educação, visando abranger o desafio de engajar os sujeitos marginalizados em processos de cuidado e de organização social e econômica que interrompam o círculo de extrema pobreza e de extrema vulnerabilidade.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a concepção deste trabalho foi feita uma abordagem metodológica qualitativa, a partir dos desafios impostos ao Programa de Redução de Danos do Corra pro Abraço, em favor da garantia de direitos a pessoas em extrema vulnerabilidade.

A abordagem qualitativa, nesse caso, é bastante oportuna, porque permite levar em consideração uma multiplicidade de fatores determinando a trajetória dos sujeitos. Buscou-se, portanto, a partir da dimensão qualitativa, complexificar o estudo, apreendendo as questões mais vívidas na realidade quotidiana.

Nas abordagens qualitativas, o termo *pesquisa* ganha novo significado, passando a ser concebido como uma trajetória circular em torno do que se deseja compreender, não se preocupando unicamente com princípios, leis e generalizações, mas voltando o olhar à qualidade, aos elementos que sejam significativos para o observador-investigador. (GARNICA, 2009)

O caso do Programa Corra pro Abraço é a situação empírica e o lugar a partir do qual construímos um olhar a respeito do cuidado a pessoas em situação de rua e da demanda por proteção social anteriormente e, diante do impacto da pandemia do novo coronavírus, desde o ano de 2020.

Como trabalhadora no campo da gestão pública, para a produção desse trabalho utilizei meus cadernos de notas, registros de reuniões, relatórios anuais de prestação de contas que produzi, junto com a equipe do Programa, e outros, a que tive acesso direto, devido ao cotidiano do trabalho, sendo estes:

- Relatórios anuais do Programa Corra pro Abraço dos anos de 2017, 2018 e 2019;
- Relatório de consultoria sobre inserção profissional para população em situação de rua (produzido por mim em 2016, sob encomenda, para a Comvida, organização da sociedade civil executora do Corra pro Abraço);
- Relatório de consultoria com foco em capacitações, qualificações e construção de banco de dados, visando à inclusão socioprodutiva do público beneficiário

do programa (produzido por Lídia Rafaela Barbosa dos Santos, em 2019, sob encomenda, para a Comvida;

- Relatórios de reuniões com a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo do Estado da Bahia (SETRE);
- Projeto Político-Pedagógico do Corra pro Abraço;
- Entrevista com profissionais do Corra pro Abraço (2021).

Para a construção deste trabalho foi realizada uma pesquisa documental, a partir da qual se deu uma análise de conteúdo de documentos técnico-institucionais. “A análise de conteúdo é considerada uma técnica para tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema” (VERGARA, 2006, p.16).

O trabalho se valeu também da observação participante, que permitiu a realização de um pequeno exercício etnográfico.

O método etnográfico, originado no campo da Antropologia, consiste na inserção do pesquisador no ambiente, no dia-a-dia do grupo investigado. Os dados são então coletados no campo, em geral, por meio de observação participante e entrevistas, quase sempre semi-estruturadas (VERGARA, 2006, p. 72).

A abordagem na primeira pessoa foi utilizada para organizar o pensamento a partir do cotidiano profissional na gestão, bem como a opção pelo uso de linguagem neutra ou priorizando a flexão de gênero para o feminino. São estes, olhares singulares a partir dos quais é possível oferecer uma leitura diferenciada sobre a demanda e realidade de sujeitos invisibilizados.

5 AS CONDIÇÕES OBJETIVAS PARA O ENFRENTAMENTO À COVID-19: ABISMO SOCIAL BRASILEIRO, O RACISMO E AS PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMO DETERMINANTES⁹

Embora pareça óbvio para alguns, consideramos importante frisar que, quando falamos do abismo social brasileiro, não estamos falando apenas dos empobrecidos e como estes "serão salvos"; falamos, sobretudo, dos ricos, da classe média e do modelo de sociedade que vislumbramos. A COVID-19 é a atualização da oportunidade de falarmos do passado, do presente e do futuro do nosso país. Não chega a ser uma doença democrática, como afirmam alguns, visto que as condições de prevenção e cuidado se impõem de formas diferentes a segmentos sociais distintos, assim como o potencial de letalidade do vírus. Porém, como os ricos e classe média alta foram a porta de entrada do vírus no Brasil, tendo entre esses muitos vitimados, estamos de fato diante de um assunto que, em aspectos gerais, tem interessado a toda a sociedade. Aproveitemos o debate.

5.1 POR QUE AS CLASSES MAIS EMPOBRECIDAS TÊM DIFÍCULDADE EM CUMPRIR O ISOLAMENTO SOCIAL. A FRATURA ESTÁ EXPOSTA

Milhões de mulheres, homens e crianças vivem em situação extrema de pobreza no Brasil. A rigor, isso significa: milhares de pessoas no subemprego dependem do movimento das ruas para fazer o "corre" e garantir o recurso para sobreviver mais um dia; dessas pessoas, muitas vivem com suas famílias em casas de um cômodo sem, absolutamente, qualquer conforto, em ocupações de casarões antigos, temendo desabamento ou despejo, ou em vilas onde pagam a morada com o auxílio aluguel de R\$ 300,00, concedido pelas Prefeituras; disputando, por fim, com aqueles que dormem nas ruas, os recursos que circulam de lá – doações de roupas, comida e tarefas pontualmente remuneradas (os chamados "corres").

Para esse conjunto de milhares de pessoas espalhadas pelo Brasil, viver em situação de rua é uma realidade, seja em barracos nos bairros ou nos centros das grandes cidades (onde ficam mais visíveis). Sim, estamos aqui, necessariamente, ampliando

⁹ Artigo publicado na Revista NAU, em maio de 2020.

o conceito do que é viver em situação de rua. Ou passamos a enxergar essa realidade como ela é, ou seguiremos no processo de autoengano, reproduzindo a ideia de que as pessoas que estão nas ruas "brotam do asfalto", optaram por estar ali ou foram conduzidas para as ruas devido ao uso de drogas.

Problemáticas complexas exigem saídas e explicações igualmente complexas. A pobreza extrema e a falta de amparo social levam as pessoas a viverem nas ruas. Via de regra, a história de vida das pessoas que vivem nas ruas está marcada por eventos/processos de violência: abuso sexual, violência doméstica, homofobia, transfobia, prisão ou morte violenta de parentes, por exemplo. O uso de drogas, muitas vezes, decorre das estratégias para sobreviver nas ruas, onde não se pode dormir sem o risco de sofrer agressões ou ter os pertences subtraídos.

5.2 SOBRE O RACISMO, AS PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO E O ABISMO SOCIORRACIAL HISTORICAMENTE CONSTRUÍDO NO BRASIL

O racismo institucional é construído *pari passu* à constituição do Estado brasileiro, de modo que não é raro atos racistas serem chamados de atos tão somente burocráticos, associando burocracia, equivocadamente, à ineficiência. No Brasil, quão mais os territórios são habitados por pessoas negras, mais criminalizados e empobrecidos eles são. Ali, vai faltar deliberadamente a gestão de políticas públicas para a garantia de direitos sociais e sobrará a vigília armada, a partir da política de segurança pública. Não à toa, as prisões e mortes violentas atingem mais as pessoas negras. A respeito das prisões, por exemplo, é possível ver dados da Defensoria Pública do Estado da Bahia, apresentados no Relatório das Audiências de Custódia na Comarca de Salvador (2019):

Com relação a renda, em 2017 e 2018, a maior parte dos flagranteados se concentram na faixa dos que recebem valor abaixo de 2 (dois) salários mínimos, correspondendo a 98,7% do total de flagrantes analisados, desconsiderando-se o registro “não informado”. Tem-se assim que o perfil social do flagranteado no período global analisado corresponde a um homem (94,2%) negro (98,8%), jovem (68,3%), com ensino fundamental incompleto (54,6%) e com renda inferior a 2 (dois) salários mínimos (98,7%). (DPE-BA, 2019, p.88-89).

Os crimes relacionados ao uso e venda de drogas são dos mais destacados nos números que levam homens e mulheres à prisão. A maior parte das pessoas presas são negras. O uso e comércio ilegal de drogas, porém, não se faz apenas nos territórios habitados por maioria de negros e empobrecidos; ao contrário, no Brasil, as drogas circulam com grande facilidade e segurança nos territórios ocupados majoritariamente por pessoas brancas. O que explicaria, para nós, o julgamento à pessoa e não à conduta, senão o racismo?

A escravidão racial que vigorou, formalmente, no Brasil, até 1888, deixou vivas marcas na estrutura social e vai perseguir a gestão pública que se pretenda justa e democrática até que esse dado da realidade histórica deixe de ser ignorado e seja trazido para o centro das políticas públicas. É necessário imprimir intencionalidade a cada ato, do contrário, o racismo seguirá nos boicotando enquanto sociedade.

O trabalho escravo ergueu riquezas e o racismo, este que é anterior à escravidão racial experimentada no Brasil (MOORE, 2007), naturalizou a condição de riqueza dos brancos e a condição de pobreza dos negros, sendo que isso não é algo fácil de desconstruir. Relações raciais, assim como as relações de classe e de gênero, envolvem relações de poder, e o poder, por natureza, não é cedido. Este pode se deslocar a partir de correlação de forças, o que passa pelos conflitos e rupturas, exigindo coragem e uma compreensão cristalina da realidade e dos papéis dos diferentes atores políticos.

Por tudo isso, ao contrário do que pensam muitos, não se trata de algo que se resolve tão somente educando as pessoas a educação é uma parte da tarefa, é verdade, mas, no máximo, nos dará polidez e ainda mais condições de realizar intervenções para, no final, manterem-se as coisas nos mesmos lugares. Não intentamos que, após passar por todas as dificuldades e arranjos impostos pelo contexto Covid-19, as coisas retornem para os mesmos lugares; isso porque, aquele "normal", não era bom para milhões de brasileiras/os. Essas mesmas pessoas empobrecidas, que, novamente, são cobradas e acusadas de não colaborarem com o isolamento, quando, na realidade, não lhes foram proporcionadas as condições para tal.

Ao longo da história do Brasil, o segmento populacional negro esteve posicionado de diferentes formas, dialogando com as diversas perspectivas de desenvolvimento. Até 1888, as pessoas negras eram necessárias para rodar a economia dentro do modelo escravagista. Após a abolição, a presença negra foi considerada como elemento de atraso para o projeto de nação do país. Na década de 1930, Gilberto Freire já apresentava compreensões positivas a respeito da presença negra e indígena e, embora não tenha cunhado o termo, reportam a ele a ideia do mito da democracia racial no Brasil. Faltou ao referido autor, ao nosso ver, destacar a assimetria de poder impressa na relação entre brancos, negros e indígenas naquela sociedade brasileira.

O pós-segunda guerra fortalece a perspectiva do Brasil como um suposto exemplo de harmonia racial. Alguns autores à época, como Florestan Fernandes, denunciaram, a partir do projeto Unesco, a realidade das desigualdades raciais no Brasil. Já na década de 1990, a produção de dados sobre o perfil populacional brasileiro e os debates promovidos com o protagonismo do Movimento Negro tornam irrefutável a existência do racismo no país, e as políticas públicas começam a ser propostas em diversas áreas, para promover o seu combate e a igualdade racial.

Assim, o tema do enfrentamento ao racismo e da promoção da igualdade racial entrou de vez na agenda pública brasileira, que passa a se movimentar no que Sueli Carneiro chamou de neo-democracia racial. Isto porque a maior parte da sociedade já não nega o racismo, mas relativiza os seus efeitos e, sobretudo, questiona a adoção de medidas radicais (necessárias) de enfrentamento ao fenômeno citado.

Para atender a estes dois interesses, a neo-democracia racial estabelece a capacidade de consumo como o limite da cidadania negra. Desse modo, no novo desenho de relações raciais que se delineia às portas do novo milênio, o status de consumidor é garantido a alguns afro-descendentes, enquanto, por outro lado, ampliam-se os mecanismos de exclusão social da maioria. (CARNEIRO, 2002, p. 212)

Embora tenhamos observado algum avanço em termos da adoção de políticas públicas de igualdade racial, acaba sempre sendo o ponto de tensão na realidade atual a qualidade e a intensidade do investimento necessário para perceber avanços. Em uma sociedade racialmente organizada em detrimento dos segmentos populacionais negros e indígenas, o advento de pandemias irá sempre expor o

impedimento de grande parte destes em se prevenir, cuidar-se e resguardar a vida. Nesse contexto, não é possível promover o desenvolvimento social desejado, sem realizar o devido enfrentamento ao racismo. (SANTOS, 2001; ALMEIDA Jr., 2012).

5.3 SOBRE AS CONDIÇÕES OBJETIVAS PARA O ENFRENTAMENTO À COVID-19 NUMA SOCIEDADE RACISTA E DESIGUAL

A síntese de indicadores sociais do IBGE, publicada em 2019, informou que, em 2018, a extrema pobreza atingiu 13,5 milhões de pessoas:

A pobreza atinge sobretudo a população preta ou parda, que representa 72,7% dos pobres, em números absolutos 38,1 milhões de pessoas. E as mulheres pretas ou pardas compõem o maior contingente, 27,2 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza. Em 2018, a redução da pobreza se deu principalmente no Sudeste, que registrou menos 714 mil pessoas nessa condição, sobretudo no estado de São Paulo (menos 623 mil). Quase metade (47%) dos brasileiros abaixo da linha de pobreza em 2018 estava na região Nordeste. O Maranhão foi o estado com maior percentual de pessoas com rendimento abaixo da linha de pobreza, (53,0%). Já Santa Catarina, que também se mostrou o estado menos desigual, apresentou o menor percentual de pobres. Todos os estados das regiões Norte e Nordeste apresentaram indicadores de pobreza acima da média nacional (IBGE, 2019).

Quanto às condições de moradia e saneamento básico, os dados são os seguintes:

Em relação às condições de moradia, 56,2% (29,5 milhões) da população abaixo da linha da pobreza não têm acesso a esgotamento sanitário; 25,8% (13,5 milhões) não são atendidos com abastecimento de água por rede; e 21,1% (11,1 milhões) não têm coleta de lixo. Tanto em relação às inadequações habitacionais como em relação à ausência de saneamento, as proporções registradas são maiores entre pretos e pardos do que entre brancos. Entre pretos e pardos, 42,8% (49,7 milhões) não são atendidos com coleta de esgoto; 17,9% (20,7 milhões) não têm abastecimento de água por rede; e 12,5% (14,5 milhões) não têm acesso à coleta de lixo. (Idem)

Nessas bases, o fenômeno do racismo não permite que o país de maioria negra rompa o impasse e conclua o seu processo de desenvolvimento socioeconômico, por não criar condições para correção de passivos históricos e por desumanizar e gerar sujeitos de “segunda categoria”. Trata-se de relações de poder entre perspectivas civilizatórias que não construirão, por conceito, caminhos de simples consenso e de cessão de espaço. O conflito vem sendo a tônica, e os contornos ao impasse vão se dando no campo da política, não escapando de argumentações acríticas e despolitizadas para um tema tão central à dinâmica socioeconômica do país; o fenômeno do racismo.

5.4 PELA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, NEM UM PASSO ATRÁS

Se os municípios estão anunciando acolhimento universal para pessoas em situação de rua, algo que era distante até no discurso, que se cumpra; se os governos passam a discutir, como nunca, a renda mínima para as famílias e o quanto a precarização das relações de trabalho reduzem a resiliência das camadas mais empobrecidas, que se cumpra a garantia de direitos às trabalhadoras; se os profissionais de saúde e assistência social estão alçados à linha de frente, para dar o suporte às pessoas mais empobrecidas, que se fortaleçam o SUS e o SUAS. Ao contrário disso, entretanto, extrapolando o contexto da COVID-19, assiste-se, no Brasil, a um desmonte daquilo que poderia dar base para o povo brasileiro se erguer: acesso a direitos e serviços básicos.

Sendo assim, aqueles que, no contexto COVID-19, organizam-se em coalizão pelo cuidado às pessoas menos favorecidas, devem organizar as suas pautas políticas em favor de uma transformação social que não submeta os princípios de dignidade humana ao racismo, travestido de burocracia. Se o outro é enxergado como ser humano, não deve haver burocracia que lhe negue a dignidade. O princípio do direito das mulheres, homens, crianças, travestis e transexuais... não deve sucumbir ao racismo do burocrata.

Tudo isso posto, não é bom que voltemos ao “normal”, na suposta sociedade pós-COVID-19”; o normal a que estamos habituadas é uma tragédia social para milhões de pessoas silenciadas; o nosso normal não deve interessar a uma sociedade que queira, de fato, um mundo melhor.

6 PROGRAMA CORRA PRO ABRAÇO – AÇÃO PÚBLICA DE REDUÇÃO DE RISCOS E DANOS PARA A GARANTIA DE DIREITOS E O PAPEL DA ARTE-EDUCAÇÃO PARA PROMOVER O CUIDADO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA PANDEMIA

6.1 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE REDUÇÃO DE RISCOS E DANOS CORRA PRO ABRAÇO

O Corra pro Abraço começou em Salvador, Bahia, em 2013. Em 2019, o Programa agregou à sua história o fazer da redução de danos, em uma crise sanitária dada pela pandemia do Coronavírus e, em tempo, teve realçado o aspecto que podemos caracterizar como distópico do seu cotidiano. Isto porque, não conseguimos dimensionar para alguém, fora daquele cotidiano, como o lugar das violações transforma o que deveria ser extraordinário em algo ordinário, e o que deveria ser inaceitável, em algo comum e naturalizado.

O cotidiano do Corra é um lugar sobre o qual ou lidamos ou estaremos ignorando as condições objetivas e o sofrimento de pessoas que tiveram os seus direitos violados, muitas vezes, desde a infância. Para alguns, lidar com aquela realidade é legitimar a tragédia social; para a Redução de Danos, é realizar o cuidado possível a partir do reconhecimento da humanidade ali presente, apesar das inaceitáveis violações de direitos testemunhadas reiteradas vezes.

Entender como as equipes que trabalham com população em situação de rua (para além do Corra pro Abraço) promoveram a prevenção à COVID-19 em ambientes onde não há máscaras, não há água nem sabão suficientes e não há orientação formulada que caiba naquelas realidades invisibilizadas diz muito sobre o olhar da sociedade e do poder público (com destaque) para essas mulheres e homens, majoritariamente negras/os, e como se dá a gestão da pobreza.

Gestão em territórios nos quais não é esforço retórico dizer que as pessoas têm riscos mais iminentes a temer, do que a ameaça do coronavírus como, por exemplo, conviver com HIV, sífilis e tuberculose, sem tratamento continuado, sucessivos estupros e abortos desassistidos atrás de algum “ferro velho”, contando apenas com os recursos

que o seu próprio organismo pode prover para se recuperar. Além da fome, da insegurança alimentar e de todas as outras violências institucionais.

Foi para lidar com essa realidade, em que estão inseridas usuárias de drogas em extrema vulnerabilidade, que surgiu o Corra pro Abraço, em 2013.

... uma proposta de ação amparada em metodologias atrativas e lúdicas que acredita ser viável cuidar no espaço possível para cada pessoa, com atenção psicossocial, promoção de saúde e redução de riscos e danos sociais, em base territorial e comunitária, respeitando a vontade e autonomia dos sujeitos na sua relação com o seu corpo e suas noções de saúde e autocuidado. Essa forma de atenção entende que é possível promover cuidado em meio aberto, considerando as singularidades do modo de vida dessas pessoas, com vistas a reduzir riscos e danos decorrentes do uso e abuso de drogas (ARAÚJO, 2019, p.33-34).

Trata-se de um projeto do Governo do Estado da Bahia, executado, ao longo dos anos, por organizações da sociedade civil, inicialmente, pelo Centro de Referência Integral de Adolescentes (CRIA), que atuou de 2013 a 2015 como responsável, no princípio, pelo desenho da prática da arte-educação, quando o Corra tinha por público prioritário apenas usuárias/os de drogas em situação de rua (Corra Rua).

Mais tarde, a parceria passa a se dar com a CIPO: Comunicação Interativa, que executa o Corra Juventude em Salvador/BA (a partir de 2016), Associação Nacional Cristã (ACN), que executou o Corra Rua no município de Feira de Santana, e a Comvida, que faz a coordenação geral das estratégias, incluindo a atenção nas Audiências de Custódia e nas Unidades de Apoio na Rua, com a oferta diária de banho, oficinas, cursos e insumos de higiene pessoal e redução de danos. Essas estratégias foram sendo desenhadas, ao longo dos anos, a partir da experiência e escuta dos usuários do serviço.

Em meio às atividades para formação da equipe, iam se desenhando os princípios norteadores e as estratégias necessárias para o trabalho, ainda que fosse muito planejado, pouco se sabia do que esperava no mundo da rua e das pessoas que nela vivem. Essa realidade se apresentava como uma novidade que precisava ser conhecida, compreendida e trabalhada juntamente com os sujeitos que dela seriam parte fundamental. O real plano de trabalho seria construído com eles e não para eles, sem perder de vista o forte compromisso com a garantia da saúde pública e com a defesa dos direitos humanos das pessoas que fazem uso ou abuso de drogas, seus familiares e a comunidade onde estão inseridas. (ARAÚJO, 2019, p. 34)

Com presença semanal frequente em territórios identificados pela maior concentração e vulnerabilidade das pessoas e em endereços fixos de referência, o programa oferece: Acolhimento e Escuta Qualificada; Encaminhamento e Acompanhamento para Serviços Públicos de saúde, educação, documentação, entre outros; Acesso a Equipamentos de Arte e Cultura; Educação Jurídica, para orientar a resposta e procedimentos em relação a abordagens policiais e processos judiciais, cumprimento de medidas cautelares, comuns nos campos de atuação, via de regra, em territórios criminalizados e hipervigiados; além de Oficinas de Arte-Educação e Redução de Danos, articuladas a temas diversos relacionados a identidade e direitos (SJDHDS, 2016; ARAÚJO, 2019).

6.2 A ARTE-EDUCAÇÃO EM UM PROGRAMA DE REDUÇÃO DE DANOS

No cotidiano de trabalho, as equipes do Corra pro Abraço se defrontam e relatam muitas histórias de dor, violência e morte nas ruas onde estavam presentes, como também são muitas as demonstrações de como a vida e o sorriso sempre renascem a partir da oferta do que parece mínimo, como uma escuta qualificada ou um copo de água gelada, o trabalho com o corpo. Dessa maneira, a arte e a educação foram ocupando cada vez mais espaço na história do Programa. O Livro Corra para o Abraço: um encontro para o cuidado na rua (2016), primeira publicação do Corra pro Abraço, sistematiza e descreve as ações de redução de danos com arte-educação da iniciativa pública que se iniciou em julho de 2013.

Observar os incríveis resultados alcançados por esse trabalho nos leva a questionar a tradição dos debates políticos (ainda que no campo da garantia de direitos) que refutam e suprimem a dimensão dos instrumentos que partem da sensibilidade humana e que são representados na arte-educação do Corra pro Abraço como tão importantes quanto qualquer outra dimensão técnica (seja da assistência social, da psicologia ou do direito...) na realização do cuidado. Isto porque, o ser humano é sensibilidade e, quando escapa o que mobiliza o sensível, escapa talvez o próprio fundamento do estar no mundo.

Após anos de observação, a partir de diferentes lugares do Corra pro Abraço, podemos dizer que a arte-educação, em um programa de redução de danos, é a compatibilização fina entre o demasiado político, o técnico e o sensível.

Esse caminho de intensa escuta, mobilização de identidades, revolver de histórias de vida, reativação de expectativas das pessoas cuidadas nesse processo em relação aos seus projetos leva a Secretaria de Justiça Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (Governo da Bahia) a pensar em desenvolver alternativas em resposta às necessidades apresentadas pelo público, ampliando as estratégias do projeto.

Assim, o Corra passa a incorporar nas suas estratégias de 111111111 o desafio da educação popular¹⁰, permeando os desejos que emergem nas oficinas de arte-educação realizadas nas ruas, buscando contemplar a qualificação profissional e progressão de escolaridade de um público cuja maioria possui o ensino fundamental incompleto e pouca ou nenhuma experiência formal de trabalho. Passa pela estratégia, considerar seriamente o desejo.

Este desafio e a ampliação das estratégias do programa levam à criação de uma área de Coordenação Pedagógica no Corra pro Abraço, cuja educação para autonomia, um dos princípios da redução de danos, ocupa o centro.

6.3 A EXPANSÃO DAS ATIVIDADES NA ÁREA PEDAGÓGICA, PARA REDUÇÃO DE DANOS

O que antes compreendia o trabalho com população em situação de rua em dois territórios no centro da capital, Salvador-BA, passou, desde o ano de 2016, a seis territórios, contando com 2 UAR - Unidades de Apoio na RUA e, nesse trabalho, agregou, ainda, o município de Feira de Santana (até 2018).

O Corra passou a atuar, também, com Juventude em 4 bairros de Salvador e no bairro de Itinga em Lauro de Freitas, município da região metropolitana de Salvador; em parceria com o Tribunal de Justiça da Bahia, passou a atuar na Vara de Audiências de Custódia, na capital. Em 2019, deixa de atuar em Feira de Santana (Corra Rua) e

¹⁰ Paulo Freire foi reconhecido como patrono da educação brasileira em 2012, pelas contribuições à pedagogia e para as bases da educação popular.

Lauro de Freitas (Corra Juventude) e amplia a quantidade de vagas no Corra Juventude em Salvador-BA.

Em 2016, foi criada a Coordenação Pedagógica do projeto que, como demonstrado, foi ampliado em territórios e áreas de atuação, abrindo uma área específica que deveria articular todas as ações pedagógicas, fortalecendo a arte-educação como central no trabalho.

A arte-educação esteve sempre no Corra, como instrumento, e demonstrou ser potente, desde o princípio. No entanto, a partir de 2016, a arte-educação passa a ocupar um lugar privilegiado em uma nova modelagem do programa. Além das oficinas semanais em alguns territórios nas ruas, as intervenções urbanas e o acesso a bens culturais, o programa agregou outros públicos e passou a ter estrutura para a realização de atividades, tais como:

- Oficinas permanentes de leitura e escrita para progressão de escolaridade;
- Cursos para profissionalização dos usuários;
- Oficinas fixas de arte educação, esporte e educomunicação;
- Programa de formação continuada para profissionais internos e da rede de cuidado;
- Curso continuado de sucessivas turmas de Redução de Danos para usuários do serviço com bolsa auxílio; e,
- Ações de arte-educação em campos de extensão onde tradicionalmente não havia contexto para a realização de oficinas, mas a equipe passou a ser desafiada.

A construção de tudo isso se deu em diálogo com as equipes de arte-educação, educomunicação e demais equipes multiprofissionais, além de parceiros externos, a fim de encontrar os caminhos que permitissem os resultados, apesar de todas as dificuldades.

Essa nova estrutura veio desafiar toda a visão do programa e dos seus profissionais no que se refere à compreensão do lugar da educação, da arte, da comunicação e do corpo no enfrentamento a violações tão graves de direitos e de contribuições à reconstrução de caminhos de vida.

Vai-se chegando à compreensão, cada vez mais fortemente, de que se o princípio da Redução de Danos é a autonomia, e estamos falando de sujeitos com poucas possibilidades materiais e vivendo em contextos de opressão, nada mais adequado para mobilizar as possibilidades do corpo, da mente e do espírito que os instrumentais sensíveis, que podem ser ofertados pelos profissionais da música, do teatro, da educação física e expressão corporal. Sobre isso, Merry Batista¹¹, atriz, educadora popular e arte-educadora do Corra nos diz:

em relação à prática de cuidado relacionada ao uso da droga, realmente, ela não é simples, ela é desafiadora e com constante aprendizado. A gente aprende a todo encontro e a gente sabe que a questão do uso da droga, o foco principal não é ela, e sim a subjetividade de cada um, o que leva ele estar naquele lugar, o que leva ele fazer o uso abusivo de determinada droga e aí percebemos que a questão ela é social. Através dessa roda, antes desse encontro, a gente apostava no vínculo possível, para que a gente possa discutir essas questões que atravessam suas vidas. Então, é o diálogo enquanto ferramenta, um instrumento de estratégia, é o que nos move. A gente mobiliza através da fala, porque a gente sabe que a rua ela tem muito assunto. Porque a rua tem uma cor de pele que é negra e a gente sabe que as questões históricas que levam eles estarem ali naquele lugar, daquela forma, não são de forma gratuita. Algo lá atrás faz com que exista essa repercussão e através da perspectiva da redução de danos com o que a gente oferta de atividade lúdica, de atividade de jogos dinâmicos e através daquele que não ria, a gente vê o sorriso, consegue entender aquele encontro e aí a gente vai de Nelson Mandela: ‘tudo parece impossível até que seja feito’. Este é o grande lance e ele vem da fala deles. Quando, ao término de atividade, eles relatam: ‘Poxa! Poderia estar fazendo uso, fumando, cheirando etc, mas eu estava aqui com vocês, a gente estava discutindo. Eu estava alimentando a minha mente’ (2021).

Dinho Xequerê, um multi-instrumentista, capoeirista e arte-educador do Corra, fala sobre o uso da música na redução de danos, bem como da expressão corporal:

Existe uma grande ligação do corpo, para as artes. Seja na música, no teatro, na dança. O instrumento só é tocado a partir do corpo, porém existe um cuidado muito grande com as substâncias, com os usos, mas que não existe uma impossibilidade de participar das artes, mesmo com o uso de drogas. Nós sabemos que, mundialmente, desde o início da humanidade, todas as pessoas utilizam drogas. [...] Não quer dizer que essa pessoa não pode participar da atividade. Mas, existe todo um cuidado, principalmente quando tem algumas substâncias que deixam a pessoa de uma forma vulnerável, com o corpo vulnerável (2021).

¹¹ Marinalva Batista, nome social Merry Batista. Natural de Salvador, atriz do Bando de Teatro Olodum há mais de 30 anos, desenvolve Oficinas de Performance Negra com jovens das periferias, com o projeto Cultura – Memória e Identidade. Preparadora de elenco. Formada em Licenciatura em Artes Cênicas pela UFBA, Pedagogia pela UCSAL, pós-graduada em psicopedagogia e Especialista em Dinâmica – Grupo. Atual Arte Educadora do Programa Corra pro Abraço desde a sua implantação, em 2013. Ativista da educação popular – ILER – Incentivo à Leitura e Escrita com a População de Rua.

Embora pareça uma obviedade para os profissionais que atuam com educação corporal e com as artes, estabelecer essa relação prática com o cuidado relacionado ao uso de drogas não parece algo tão simples. Teoricamente, a relação parece imediata, porém pôr em prática, abandonando os preconceitos da hierarquia disciplinar, recorrente entre os saberes, já se torna algo mais difícil. Não é rara a compreensão de que as atividades de educação corporal e artísticas se limitam à ocupação de tempo e, no máximo, ao entretenimento.

Daiane Sodré¹² é educadora física e atua na equipe de arte-educação, instrumentalizando o grupo para as técnicas de educação corporal básica e para a condução de atividades esportivas, com vistas a fortalecer a integração, o trabalho coletivo, dar contornos esportivos a possíveis rivalidades, dentre outros. Sobre desenvolver essas atividades com pessoas em condição de extrema vulnerabilidade, e algumas vezes sob efeito do uso de drogas, ela diz:

Estabelecer uma relação prática com cuidado relacionado ao uso de drogas, para os profissionais que atuam com o corpo e as artes de forma geral parece óbvio [...], mas é preciso ter manejo, é preciso ter sensibilidade, faz-se necessário o mínimo de empatia, por conta de que nunca vai ser possível você se colocar no lugar da outra, no lugar do outro, mas, minimamente, você se perceber, você se enxergar ou tentar se enxergar na situação da outra pessoa. Nos trabalhos com população que faz uso de substâncias psicoativas, é necessário estar o tempo todo com a carta na manga. Tudo que a gente planeja pode no final das contas não acontecer e está tudo bem. Não frustrar. Pensar sempre em um plano B. Construir com as pessoas outras possibilidades, outros caminhos, ainda que seja muito desafiador, para quem está à frente, mas se faz necessário o uso da criatividade e da disponibilidade. Estar sempre aberta ao novo.

No Corra pro Abraço, é possível dizer que um dos elementos que vão garantir os resultados observados na arte-educação, com educação corporal e educomunicação, para a redução de riscos e danos, é a profissionalização das educadoras/es, que são, via de regra, profissionais com formação curricular e política adequada, para defender

¹² Daiane Sodré: primogênita numa família composta por três irmãos e filha de mãe solteira. Mãe de uma menina, preta, capoeirista, casada, nascida, criada e até a atualidade residente na comunidade da Baixa do Tubo, cidade de Salvador-Ba. Professora de Capoeira e Profissional de Educação Física, Psicopedagoga com especializações em Docência no Ensino Superior, História e Cultura Afro-Brasileira e Coordenação Pedagógica. Atualmente, profissional de Educação Física integrante da equipe de arte-educação do Programa Corra pro Abraço.

o espaço político e o sentido das suas respectivas áreas profissionais dentro do programa.

Escutando Merry Batista, arte-educadora do Corra, ela nos diz:

[...] a arte, embora queiram colocar nesse lugar secundário, a gente sabe o quanto ela é importante, o quanto ela é potente, o quanto ela é relevante na construção de identidade, porque você se comprehende, trabalha dentro do senso de autonomia. A gente faz com que o indivíduo se conheça e que possa transformar seu mundo, como já dizia Paulo Freire, 'primeiro eu me conheço e depois eu conheço o meu mundo e assim eu o transformo'. É através da arte que você vai fazer isso, porque é o papel fundamental da arte, ela está ali para o desenvolvimento intelectual, na formação de opinião, na inclusão social, na educação do ser. Assim, eles conseguem enxergar o mundo com uma outra visão, com senso crítico, autônomo [...]. Isso é redução de danos. A redução de danos ocorre neste momento que na roda acontece essas questões e a gente, de forma cuidadosa, a gente transforma isso em planejamento possível, para discutir e entregar fala para que eles possam falar desse lugar.

É tão clichê quanto real, dizer que no Brasil as expressões de corpo, arte e cultura não são valorizadas, de modo que não é raro profissionais formados em qualquer outra área de saber ocuparem nas escolas, por exemplo, as disciplinas de educação física, teatro, artes plásticas, dentre outras, com o mero objetivo de cumprir a grade, como se se tratasse de conteúdos de fácil substituição ou descarte, e sem propósito além da ocupação do tempo. A esse respeito, Dainho Xequerê, diz o seguinte:

Existe uma inferiorização das profissões voltadas para área de arte, onde demonstra que parece fácil trabalhar com arte, que qualquer pessoa vai trabalhar com arte. Porém, existe toda uma estrutura didática para isso acontecer. A metodologia, as coisas precisam ser entendidas, para que isso possa acontecer de forma mais objetiva. Então, é uma grande luta até hoje da área dos profissionais da área artística, fazer com que as pessoas entendam que outras pessoas de outras profissões não devem suprir a necessidade, ou só para passar o tempo, porque a arte é necessária na vida de todas as pessoas com um profissionalismo, com uma dedicação e um respeito a ser mais pensado e valorizado.

Entre as diferentes linguagens artísticas e de expressão corporal, a flexibilidade possibilitada pela arte e a entrega promovida por uma confiança conquistada pelas profissionais vêm abrindo, ao longo do tempo, canais de construção de ideias tanto para o desenho institucional, quanto para a garantia de acesso a direito das pessoas em situação extrema de vulnerabilidade. Diversos profissionais passaram ou ainda estão na equipe do programa e deixam suas marcas, nunca esquecidas pelas pessoas na rua e nos bairros.

6.3 QUANDO FALTOU A ARTE-EDUCAÇÃO NO PROGRAMA DE REDUÇÃO DE DANOS CORRA PRO ABRAÇO

Uma infinidade de artigos e matérias de jornal reafirmam que “a pandemia do coronavírus apenas explicitou as desigualdades anteriormente postas na sociedade brasileira...”. Eu mesma publiquei, em maio de 2020, dois meses após o “início” da pandemia, o artigo *As condições objetivas para o enfrentamento a Covid-19: abismo social brasileiro, o racismo e as perspectivas de desenvolvimento social como determinantes*, oferecendo um olhar sobre as bases das desigualdades e a proteção social necessária para as pessoas mais vulnerabilizadas.

Naqueles primeiros meses da pandemia, estávamos imersas nos desafios de seguir a prática de redução de danos a partir dos serviços ofertados pelo Programa Corra pro Abraço, em Salvador-BA, e preservar a saúde das trabalhadoras. Ou seja, a nossa equipe multiprofissional podia enxergar em filigranas as dificuldades do enfrentamento à crise sanitária de um lugar onde a Covid-19 tinha o mesmo tamanho que tantas outras ameaças à saúde ou até mesmo a vida. É nesse lugar do “não se ter nada a perder” que se sedimenta, legítima e cristaliza o lugar das violações.

Dentre as atividades suspensas, estavam as de arte-educação, expressão corporal e cultura, isto porque parecia um ato contínuo compreender que essas atividades, por natureza, aglutinam, junta pessoas e, por isso, seriam inadequadas para aquele contexto.

Ocorreu que passados os primeiros meses, as ruas ficaram vazias, os estabelecimentos comerciais fechados, os transeuntes que tinham casa obedecendo à regra de não circular, e as pessoas em situação de rua migrando para zonas na cidade onde pudessem, talvez, encontrar condições de subsistência, coisa que o centro da cidade já não estava provendo, ou se recolhendo para locais mais insalubres, para o uso intenso de drogas, já que não havia trabalho, nem comida e nem doações.

Em paralelo às medidas de ampliação das vagas de acolhimento em caráter emergencial da prefeitura, esse esvaziamento fez com que ouvissemos que a

população em situação de rua teria diminuído, já que não estavam tão concentrados naqueles locais onde se encontravam mais comumente. Tratou-se de uma leitura apressada e equivocada, pois para quem permaneceu realizando o trabalho nas ruas foi preciso, apenas, encontrar os locais nos quais as pessoas estavam refugiadas.

Além disso, com o passar do tempo, famílias inteiras diante da crise econômica, inauguraram a vivência nas ruas, fosse para coleta de doações, fosse porque não puderam mais sustentar o aluguel do imóvel no qual residiam.

Com a crise agravada, as ruas voltaram a encher, viadutos e marquises foram ocupados por famílias inteiras. Escutamos de pessoas que viviam há mais tempo nas ruas que quem estava sendo atendido, preferencialmente, pelos serviços de assistência social, “não eram moradores de rua, eram novatos”.

Essa afirmação, embora ignore que, apesar de “novatas”, aquelas pessoas estavam, de fato, em situação de rua e precisando de assistência, por outro lado, denuncia algo importante - as pessoas mais desorganizadas socioeconomicamente e que eram usuárias de drogas tiveram maior dificuldade em encontrar acolhimento e alternativas. Eram pessoas que perderam documentos, sem referências, sem celular, internet ou conta bancária, para acessar os auxílios, sem acesso a máscaras para acessar os serviços de bancos e outros serviços públicos.

Sobre os usuários de drogas, há uma problemática antiga, pois são identificados como “os que não querem sair das ruas” quando, na realidade, não existiram alternativas de cuidado e nem de acolhimento para eles. As regras nas unidades de acolhimento não os comportam e, uma vez abrigado, não existe qualquer abordagem de cuidado em saúde para o usuário de drogas, além de obedecer à mandatória ordem da abstinência. O que não é possível e nem desejado, em muitos dos casos. A Redução de Danos nos parece ser sempre um caminho de convite para o autocuidado e para o cuidado do coletivo.

Foi na busca de possibilidades de cuidado nas ruas lotadas, ainda em meio à pandemia que a prática da arte-educação e educação corporal foi retomada, sempre mobilizando sensibilidades quando, ao longo do fatídico ano de 2020, nada aconteceu para os usuários de drogas em situação de rua, momento em que a população em

situação de rua, em geral, cresceu, enquanto as expectativas de fortalecimento da proteção social foram se tornando cada vez mais distantes.

6.4 NADA É! QUANDO OS USUÁRIOS DE DROGAS EM SITUAÇÃO DE RUA VIRAM SINÔNIMO DE “OS QUE NÃO QUEREM SAIR DA RUA”

As equipes que atuavam com usuários de drogas em extrema vulnerabilidade tiveram que aprender antes o que é invisível para a maioria da população e até para as autoridades sanitárias ou gestores da área da proteção social/assistência social. Há muito o que se dizer sobre isso, mas reservamos aqui um lugar para falar da pedagogia da autonomia, preconizada pela redução de danos praticada no Programa Corra pro Abraço, tendo como ponta de lança a arte-educação, educação corporal e cultura.

Embora com caráter emergencial, ou seja, com data para acabar, no primeiro ano da pandemia do Coronavírus houve um aumento considerável na oferta de vagas para unidades de acolhimento de pessoas em situação de rua, mas essas vagas não alcançaram muitos dos casos de pessoas que são usuárias de drogas, que geralmente são consideradas “as que não querem sair da rua”. É importante frisar que nessas unidades não há uma proposta de cuidado para esses casos, ficando muitas vezes a comunicação resumida às regras, sendo que uma delas é o não uso de drogas, lícitas ou ilícitas.

As motivações para não sustentar permanecer em uma unidade de acolhimento são as mais diversas, todos os dias relatadas por usuários, como situações de violência dentro das unidades, ociosidade e distância de onde costumam fazer os “corres”. Esses fatores deveriam ser melhor observados, antes de conclusões apressadas sobre o porquê de as pessoas não aceitarem ir para as unidades. Situações agravadas de falta de saúde mental, são razões que também aparecem. Além disso, é muito comum também os relatos em que dizem querer ir para as unidades, mas que não encontram vagas, contrastando com a costumeira versão oficial dos governos de que há vagas para todo mundo, e só não sai da rua quem não quer.

6.5 QUANDO A ARTE-EDUCAÇÃO DEU NOME NA PANDEMIA

Geralmente, é a equipe de arte-educação que adapta os conteúdos necessários às condições dadas para estabelecer o diálogo com a população extremamente vulnerabilizada, ocupada com suas emergências de comer, dormir e sobreviver. Afinal, o que seria uma situação limite para alguém que desconhece a realidade de viver nas ruas, na verdade é o ordinário para alguém que vive em situação de rua. A sensação é que é preciso sempre que se recuperar rápido das chagas do corpo e da alma para continuar o “corre” da vida.

Assim, por entender que se as equipes de rua não estivessem presentes aquela população não teria acesso a informações e cuidado, embora a emergência da pandemia tenha assustado toda a equipe de profissionais, a decisão do Programa foi dar um passo atrás para se proteger e avaliar as condições antes de bater retirada ou seguir com as atividades diante da emergência. Importante dizer que, para esse público, não havia informação a ser direcionada, não tinham casa, nem acesso a água ou alimentação. Naqueles primeiros meses, parecia não haver lugar para a arte-educação no contexto em que a ordem era a distância e isolamento, o que mais tarde vai se mostrar o contrário.

O primeiro passo foi observar atentamente as orientações das autoridades públicas e sanitárias. Quando a mensagem de manter aberto “apenas os serviços essenciais” foi emitida, não tínhamos dúvida de que era o nosso caso; mais tarde entendemos que ninguém estava falando com as equipes de redução de danos. A proteção social e a saúde para as pessoas mais vulnerabilizadas não foi priorizada e isso foi se comprovando: quanto mais avançava o empobrecimento da população, mais o público era invisibilizado e, por consequência, as profissionais que atuam junto a este foram deixadas para trás. Famílias inteiras recém-chegadas às ruas, devido à falta de condições de manter o aluguel, sensibilizam mais do que pessoas que lá já se encontravam. Não estamos, por ora, fazendo juízo de valor, mas apresentando o fato.

Nos decretos de fechamento e abertura de serviços, os equipamentos de proteção social não encontravam orientação expressa, causando confusão entre usuários e profissionais sobre o que estava funcionando, onde e quando. Dos profissionais dos Centros de Referência Especializada para População em Situação de Rua, os

chamados Centros Pops, aos colaboradores de um programa de redução de danos como o Corra pro Abraço, não foi reconhecida prioridade para a vacinação, por exemplo. Esses profissionais foram vacinados por ordem de idade, juntamente com toda a população em geral, que teve condições de realizar o isolamento.

Dito isso, após estabelecer, desde a primeira semana em que foi reconhecida a pandemia, uma parceria com o Nós nas Ruas, coletivo composto por profissionais e estudantes da UFBA e UNEB, cuja experiência foi relatada no artigo Coletivo Nós nas Ruas e Programa Corra pro Abraço: ações para o enfrentamento da Covid-19 em Salvador, BA, Brasil¹³, foi realizado um treinamento teórico e *in loco* da equipe, para a produção de materiais informativos adaptados, da maneira possível, para aquele público.

O programa passou, então, a elaborar informativos como “Lambes” e, por sugestão da equipe de arte-educação, também os Zines e Jogos, como instrumentais para trabalhar o tema da pandemia e as demais problemáticas que vigoravam nos campos, como as arboviroses, zika vírus e febre chikungunya, dificuldade de receber os auxílios emergenciais, ora por falta de documentação, ora por falta de acesso à internet, entre outros. A disponibilização de material literário na campanha “Um livro como um abraço”¹⁴ foi uma das ações fortes do programa naquele período.

Foi necessário se reinventar, pois as rodas de arte-educação, de imediato, não eram uma opção, as dinâmicas foram redesenhas e, na medida em que as ruas voltavam a encher, chegando a patamares superiores aos de antes da pandemia, a única possibilidade de viabilizar um efetivo diálogo com organização e distanciamento era a partir, justamente, das rodas. A realização dos atendimentos das equipes de maneira dispersa e individual, tal qual havíamos orientado antes, para evitar aglomeração, no caso de alguns campos mais lotados, não dava conta de atender tantas demandas por orientações.

¹³ Silva, Simone Santana da et al. Coletivo Nós nas Ruas e Programa Corra pro Abraço: ações para o enfrentamento da Covid-19 em Salvador, BA, Brasil. Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]. 2021, v. 25, suppl 1 [Acessado 2 Dezembro 2022], e200690. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/interface.200690>>. Epub 11 Jun 2021. ISSN 1807-5762. <https://doi.org/10.1590/interface.200690>.

¹⁴ Um livro como um abraço: programa realiza campanha de doação de alimentos e de livros. <https://www.brasildefatoba.com.br/2020/06/17/um-livro-como-um-abraco-programa-realiza-campanha-de-doacao-de-alimentos-e-de-livros>.

Assim, tudo voltou ao princípio, mas com novos instrumentos, ou os mesmos utilizados antes, mas de outras formas, através das equipes de arte-educação: um marcador de giz delimitando a distância, dinâmicas criativas estimulando o uso adequado de máscaras, desmistificando informações incorretas sobre a doença, coletando experiências específicas do contexto para a produção de novos informativos.

6.6 NADA É! NÃO SE PODE APONTAR UMA RESPONSABILIZAÇÃO INDIVIDUAL POR UMA TRAGÉDIA SOCIAL QUE É COLETIVA

Existem segmentos populacionais no Brasil que são desconsiderados, quando se trata da elaboração de políticas públicas, dentre eles, os usuários de drogas que vivem em extrema vulnerabilidade, no caso da população em situação de rua, maioria de homens negros, muito embora a minoria feminina negra lide com questões bastante peculiares de opressão¹⁵.

Admitir a existência da população em situação de rua no conjunto das políticas públicas é assumir uma dimensão de fracasso coletivo que é negado e acaba reforçando estereótipos e responsabilização individual por uma tragédia social que é coletiva. Foi esse o desafio do Movimento Nacional da População de Situação de Rua (MNPR), ao bancar um debate institucional para a garantia de direitos desse segmento no Brasil. A representação do MNPR foi ágil em apresentar um documento bastante completo, com demandas aos governos, para mitigar os efeitos da pandemia sobre aquela população.

No tocante aos usuários de drogas nessas condições, poucas alternativas se apresentam, e cada fracasso do sistema computa como culpa e fracasso do indivíduo. A política sobre drogas brasileira informa também sobre caminhos de cuidado, mas ainda aparecem, com mais força, as perspectivas alienadoras de direitos e punitivistas

¹⁵ROCHA, E. M. Mulheres vulnerabilizadas: percepções de violência em contexto de rua num território de Salvador/BA. 1^a Edição. Salvador: Editora Selo, 2020.

desta usuária negra e empobrecida criminalizada, que habita territórios também criminalizados pelas suas condições de pobreza.

O Corra pro Abraço não reinventa a roda, mas lê com atenção, aprende e põe em prática o que pressupõe a reforma psiquiátrica brasileira e as normativas dos serviços da atenção biopsicossocial, a trajetória de identidade dos seus usuários e a intersecção dos determinantes de opressão que os condicionam àquelas condições degradantes, estando estes nas dimensões de raça, gênero, orientação sexual e classe, pautadas em modelos de desenvolvimento excludentes, ao longo da história.

Modelos de sociedade que validam sistemas de opressão, que lançam milhões de pessoas a condições de indignidade e sofrimento, sob pretexto da sua condição racial, de gênero ou orientação sexual, levam a cabo uma trajetória de sucesso de um projeto rumo à concentração dos bens produzidos por muitos, mas acumulados por muito poucos. No período da pandemia no Brasil, computa-se que 19 milhões de pessoas passam fome, em tempo que surgem 20 novos bilionários.

Nessa sociedade de projeto de morte para negras e negros empobrecidos, não há lugar para a arte, para uma educação libertadora e para corpos erguidos e altivos, mas sim para corpos e mentes curvados. A prática da força da arte, da educação libertadora e dorsos altivos segue em um caminho diferente, disputando uma outra sociedade com o ser humano e a natureza no centro, com as suas sensibilidades criadoras e curativas mobilizadas.

Para nós, que passamos pelo Corra pro Abraço, fica uma experiência que afirma que é muito difícil, mas que é possível se seguirmos o caminho da luta intransigente por direitos e pela liberdade.

7 FAZER O CORRE PARA REDUZIR DANOS: CRIAÇÃO DE AMBIÊNCIA INSTITUCIONAL PARA A INSERÇÃO PROFISSIONAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

“Fazer o Corre” é uma expressão presente no cotidiano das pessoas que desenvolvem trabalhos informais e precários para sobreviver. São, antes de tudo, trabalhadoras que precisam de oportunidades, para se profissionalizar e qualificar as suas atividades de subsistência. São pessoas diversas, por isso a estratégia precisa contemplar caminhos diferenciados/múltiplos para a inserção profissional. Os obstáculos também são diversos, por isso diferentes atrizes e instâncias precisam convergir na construção, assumindo papéis.

O ponto de partida é a demanda identificada e a existência de uma legislação com previsão, já os desafios passam por um modelo econômico excludente e racista, a descontinuidade de políticas e a desconexão entre ações nas redes de proteção social.

7.1 A NECESSIDADE DE SE CRIAR UMA AMBIÊNCIA PARA A INSERÇÃO PROFISSIONAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

No ano de 2015, através de um contrato de consultoria, desenhamos uma primeira estratégia para estruturar um processo de inserção profissional para população em situação de rua em Salvador-Ba. Para isso, realizamos um breve diagnóstico, através de diálogo e levantamento junto à rede de atenção e implementamos processos de qualificação, entre cursos e oficinas de letramento, sendo estas primeiras iniciativas objeto de análises para ajustes de ações futuras.

À época, mais até do que atualmente, não era comum localizar iniciativas de cursos profissionalizantes para esse público. Através de uma parceria com o Qualifica Bahia/SETRE - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes, foram realizados cursos de eletricista, assentamento de piso, camareira e estética afro. Nesse mesmo

processo, intermediamos a realização da primeira turma do TOPA - Todos pela Alfabetização, em uma parceria entre a SJDHDS, -Secretaria da Educação do Estado e o Movimento da População em Situação de Rua. Todas as experiências foram veiculadas na imprensa local e constaram como relevantes para o aprendizado do fazer a respeito da necessária qualificação profissional e progressão de escolaridade do público em questão.

Após a realização dos cursos, em 2015, devolvemos uma série de considerações à SETRE, a respeito do formato e adaptações que poderiam ser feitas aos cursos, a fim de melhorar o aproveitamento da população em situação de rua, dadas as suas especificidades, históricos e vulnerabilidades.

De igual modo, foram feitas, por parte do Movimento de População de Rua (executor do TOPA), avaliações a respeito das limitações da proposta do TOPA, a partir daquela experiência. O documento resultante desta consultoria, realizada no ano de 2015 , trouxe os primeiros apontamentos para as ações nesse campo, que vão ocorrer no Programa Corra pro Abraço nos anos consecutivos e que também abordamos no presente trabalho.

A ficha de coleta de dados que elaboramos na consultoria, para entender o perfil profissional dos usuários dos serviços parceiros de toda a rede, os quais atuavam no Centro Histórico de Salvador-Ba, foi adaptada e passamos a utilizá-la sistematicamente, no Corra pro Abraço, a partir 2017, quando o projeto ganhou *status* de Programa, o que complexificou e ampliou as suas estratégias de ação, público e territórios. A partir desta ficha de prospecção, a qual é aplicada em todas as pessoas que participam dos cursos de formação no Programa, desde 2017, foi possível verificar que se trata de uma maioria (mais de 90%) de pessoas negras, com o ensino fundamental incompleto e sem experiência de trabalho formal.

É importante pontuar que, para o Programa Corra pro Abraço, ou qualquer outro serviço da rede, estruturar bem o banco de dados com informações das pessoas assistidas por ele é fundamental traçar esse perfil, prospectar outras informações e orientar a ação pública do Estado, uma vez que não existe, ainda, no Brasil, pesquisa

censitária que inclua a população em situação de rua, deixando-a invisibilizada ante a ação pública, que deve ser mais bem estruturada.

A realização do censo é uma das principais pautas do Movimento Nacional da População de Rua, de outros movimentos apoiadores da causa e de pesquisadoras. Todavia, em que pese a ação forte dos movimentos sociais, cujas ações vêm contribuindo para retirar a problemática da invisibilidade, é crescente o número de moradores de rua, o que impede a camuflagem do tamanho da tragédia social vivenciada no país.

Por conta desses e de outros fatores limitantes, que são estruturais, a proposta do programa esbarra em limites que vão extrapolar a alçada institucional do Corra pro Abraço. O mercado de trabalho formal é exigente e excludente, vide a experiência que ocorreu no projeto de inserção profissional do estado de São Paulo, entre 2017 e 2018, onde, em uma ação rara, um grande número de vagas de emprego foi criado para esta população, em parceria com um conjunto de empresas, mas fatores como ter os "dentes completos" na boca ou adequação aos horários para quem viveu a maior parte da vida, muitas vezes, nas ruas se impuseram como obstáculos à iniciativa (esta foi objeto de várias matérias jornalísticas, que informaram sobre o desenvolvimento da ação).

Já sabemos que o objetivo da inserção profissional para esse público precisa mobilizar setores diversos e que a dificuldade de captação de vagas em si, embora pareça ser o maior problema, pode ser apenas a chamada "ponta do iceberg". Devido a isso, estamos convencidas de que as estratégias devem passar pela criação de uma ambiência que ative o papel dos diversos serviços da rede e órgãos do estado que atendem a essas pessoas de modo a convergir em integração de estratégias e base de dados, construindo uma ação não necessariamente ostensiva, mas programática, sistemática e diversificada.

7.2 O DESAFIO DA INSERÇÃO PROFISSIONAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A inserção profissional e geração de renda para pessoas em situação de rua têm sido um desafio para as políticas públicas e movimentos sociais, ao longo dos anos no Brasil, de modo que buscamos desenvolver, no Programa Corra pro Abraço, uma estratégia integrada, para o desenvolvimento de processos que respondam a essa demanda e que pudesse servir à gestão pública. Pudemos nos valer da experiência observada ao longo de 7 anos do trabalho do Programa Corra pro Abraço (SJDHDS/Governo da Bahia), junto ao público da população em situação de rua, desde quando a demanda se impõe mais fortemente, até os resultados das primeiras ações de qualificação para a inserção profissional.

Trata-se de uma população crescente no Brasil, porque é fruto das desigualdades socioraciais, fator emblemático do país e que tem se aprofundado nos últimos anos. Dessa população, de uma forma ou de outra, é sempre cobrado que "busquem o que fazer". Equivocadamente, são chamados de "mendigos" e "bandidos" pelo cidadão comum/médio/ "de bem", quando, na realidade, são trabalhadoras/es transitando na "informalidade da informalidade", para sobreviver, expropriados dos seus direitos básicos, muitas vezes, desde a infância. Este é o quadro derivado da abolição da escravidão, que relegou a população negra ao relento, à pobreza e à invisibilidade.

A população em situação de rua já faz o seu "Corre" para sobreviver, dentre as atividades desempenhadas, conforme os dados coletados no âmbito do Programa Corra pro Abraço, destacando-se: carga e descarga de caminhões em feiras livres, guarda e lavagem de carros, venda em ônibus e sinaleiras, coleta de material reciclável. Para muitas mulheres cis e transgênero, a prostituição é também uma via para perceber alguma renda. Ocorre que, para além de serem trabalhos informais, estes se dão em condições bastante insalubres e com pouca ou nenhuma perspectiva de sustentabilidade.

O SUAS (Sistema Único de Assistência Social) prevê, como possibilidades imediatas à assistência dessas pessoas nas Unidades de Acolhimento, o aluguel social, além do Bolsa Família e outros benefícios eventuais, que se mostram insuficientes e instáveis, sobretudo para esse perfil de população que, não raro, verifica interrupções no recebimento, dificuldades em encontrar moradia por R\$ 300,00 (no caso de

Salvador-Ba, por exemplo) e se manter, sem oportunidades de inserção profissional mais qualificada.

Nesse sentido, a perspectiva de meios de geração de renda mais sustentáveis é absolutamente distante, dando a sensação de que, embora cumpra um papel muito importante, a rede de assistência social não consegue construir processos de autonomia. Isto porque, como a maior parte desses benefícios foi criada para ser transitória, necessitando ser sustentada por políticas públicas estruturantes de habitação, inserção profissional, passando pela saúde e educação, a falta (ou insuficiência) dessas acaba frustrando a expectativa das beneficiárias, dos profissionais da rede de atenção e o objetivo das próprias políticas do SUAS.

No contexto de extrema pobreza, o uso nocivo e abusivo de álcool e outras drogas, somado aos estigmas e criminalização se fazem presentes, sendo essa a área de atuação do Corra pro Abraço, a redução de riscos e danos físicos e sociais (RD). A partir de uma lógica de atenção integral, aproximar esse público dos serviços básicos de saúde, assistência social, cultura, educação e justiça, é parte central na estratégia de redução de danos para usuários de álcool e outras drogas, que vivem em territórios empobrecidos.

A busca pelo desenvolvimento de ações no campo da inserção profissional se constrói exatamente nessa estratégia para a promoção de cuidado, atacando múltiplas dimensões, a partir de um plano de acompanhamento singular, afinal, cada sujeito é único nos seus potenciais e nas suas limitações. Não se trata, porém, de perder de vista as externalidades que estruturam as desigualdades, mas de trazer esses sujeitos para os circuitos de sistemas de direitos adquiridos, para que se deem as desejadas condições de disputa nos sistemas econômicos e políticos, de forma autônoma.

A ideia, na prática, da RD, é que a droga (lícita ou ilícita) deixe de ter centralidade na vida daqueles que fazem uso nocivo e abusivo, criando espaço para o refazer de passos no acesso a direitos básicos e uma agenda com perspectivas para a vida. Ocorre que o desafio envolve não somente as pessoas usuárias de álcool e outras drogas, mas o próprio olhar da sociedade a respeito dessas, a qual geralmente as aprisionam em identidades limitantes, pejorativas e criminalizadoras, identificando-as

por *cracuda, sacizeira, nóia*¹⁶. São pessoas, têm histórias e identidades diversas, muitas vezes são usuárias de drogas (lícitas ou não), sim, e as suas identidades não se resumem a isso.

As vias a serem seguidas para a construção de oportunidades necessitam do amadurecimento dos posicionamentos políticos da população diretamente interessada e da população em geral. A primeira, no sentido de ter fomentada a preparação para a busca de uma realidade com menos violações e mais dignidade, a partir da sua participação política e implicação no autocuidado. Quanto aos demais segmentos da população, os quais ensejam não ter que conviver com tanta pobreza e insegurança, que possam exercitar a empatia necessária, extrapolando a expectativa de soluções simples para a problemática, abandonando, portanto, o prisma egocêntrico de quem não quer o tensionamento provocado pelas opressões, violências e desigualdades, mas não opera para a mudança da realidade. Atuar para ampliar o apoio, a empatia política desses últimos é tão importante quanto fortalecer os primeiros, no sentido de irromper soluções e quebrar, a partir dos próprios, os estigmas.

Dentre as dificuldades para a construção desse processo, estão os estigmas raciais e sociais, a falta de intervenção radical para erradicação da extrema pobreza, o baixíssimo grau de escolaridade da maioria, que possui apenas o ensino fundamental (muitas vezes incompleto), e o desemprego.

Com a pandemia do novo Coronavírus, declarada em março de 2020 pela OMS (Organização Mundial da Saúde), as grandes cidades brasileiras assistiram a famílias inteiras irem viver nas ruas, por não conseguirem sustentar aluguel e outros custos inerentes à vida dentro de uma casa. Assim, foram engrossadas as fileiras daquelas pessoas que não podiam cumprir a orientação básica de prevenção à Covid-19: ficar em casa, manter a higiene das mãos e usar máscara de forma adequada.

¹⁶ Era outubro de 2020; eu estava num carro de aplicativo e o motorista interrompeu o silêncio da viagem, dizendo e apontando com o rosto uma mulher que passava: *me sinto frustrado quando vejo uma sacizeira com uma criança*. Estranhando não receber nenhuma resposta entusiasmada da minha parte ele repetiu como se eu não tivesse escutado. Fiquei até o final da viagem pensando o que responder, se "partia ao meio", se chamava para reflexão, se tomava aquilo como uma amostra da média do pensamento da sociedade e me voltava para dentro de mim para refletir e encontrar formas de fazer melhor o meu trabalho. Sem energia, desta vez, fui na terceira via. Ele via uma sacizeira, eu via uma mulher empobrecida tentando exercer o direito de ser mãe. Ambas, mulher e criança, precisavam de cuidado.

A minha entrada nesse campo de trabalho, em 2015, já me trazia desafio de pensar estratégias de inserção profissional para esse público e, desde então, tive a oportunidade de implementar, no Programa Corra pro Abraço, processos que criam uma ambiência para a estruturação de estratégias de inserção profissional, outras medidas, porém, são necessárias e esse trabalho vem trazer elementos para contextualizar e responder.

7.3 O PROGRAMA DE REDUÇÃO DE RISCOS E DANOS FÍSICOS E SOCIAIS CHAMADO CORRA PRO ABRAÇO

O Programa Corra pro Abraço é uma ação pública de redução de danos para populações vulneráveis, mais especificamente população em situação de rua, público com o qual iniciou em 2013; juventudes de bairros de periferia e flagranteadas que passam pelas Audiências de Custódia desde o ano de 2016.

A execução do Corra é fruto de parcerias do Governo do Estado da Bahia, através da Superintendência de Política de Drogas para Populações Vulneráveis na Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social com organizações da sociedade civil. Ao longo desse tempo as parcerias se deram com o CRIA (2013-2015); com a ACN - Associação Nacional Cristã, para população em situação de rua no município de Feira de Santana (2016-2018); com a CIPÓ - Comunicação Interativa, para juventudes de 4 bairros de Salvador-Ba (desde 2016); e, com a COMVIDA - Comunidade Cidadania e Vida, para juventude em Itinga/Lauro de Freitas (2016-2018) e para população em situação de rua de Salvador-Ba (2016 até então). Para efeito deste trabalho, recortarei, como referência, o conteúdo acumulado pelo Programa para o público da população em situação de rua.

O Programa veio se firmando ao longo do tempo como referência de gestão social no cuidado a pessoas usuárias de drogas, a partir da ótica da redução de danos. A Redução de Danos (RD) é uma ética de cuidado alinhada às bases da reforma psiquiátrica e acompanha todo o desenho da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que vem sendo implementada no Brasil, desde 2000. As bases da RD são a

construção de autonomia, baixa exigência, promoção do cuidado pelos meios e locais possíveis para o sujeito e o não julgamento. O uso abusivo e nocivo de drogas lícitas ou não são questões de saúde e não devem ser criminalizados, portanto. Os meios, propósitos, instrumentos e estratégias de redução de danos vão se complexificando, ao longo do tempo e a partir dos contextos sociais e históricos.

O início da redução de danos no Brasil, na década de 1990, é marcado pelo enfrentamento à proliferação do HIV entre usuários de drogas injetáveis que, naquele momento, era mais comum do que o visto atualmente. Os pioneiros da redução de danos enfrentaram o corajoso debate sobre a possibilidade de uso mais seguro de drogas mesmo para aqueles que não conseguem ou não querem abandonar ou reduzir o uso. A abstinência não é condição para que as pessoas usuárias tenham acesso à informação e ao cuidado. Uma referência da RD na Bahia é a Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcante, em que atuam profissionais precursores dessas práticas na Bahia-Brasil.

Atualmente, a prática da redução de danos está fortemente alinhada aos temas dos direitos humanos e de acesso a direitos básicos. Em ações como do Corra pro Abraço, não só o acesso aos insumos de RD é essencial, mas a construção de processos de autonomia, a partir do estímulo à participação política e compreensão sobre as desigualdades sociorraciais, econômicas e de gênero interseccionadas, por exemplo, tanto por parte das participantes do Programa Corra pro Abraço como da equipe de profissionais. Conforme os relatórios do Programa de janeiro de 2016 e novembro de 2019, 11 mil pessoas foram atendidas entre os quase 100 mil atendimentos realizados.

Trata-se de uma ação pública que vem sendo reconhecida pelo caráter de inovação social por toda a rede de atenção psicossocial na capital baiana, Salvador, e outros estados do país. As estratégias do Programa envolvem desde a mobilização de aspectos subjetivos sensíveis nas pessoas, através da arte e da educação, que passam ao largo do uso de drogas em si, até a atenção a aspectos da vida muitas vezes negligenciados pelas abordagens mais correntes dos serviços da atenção psicossocial a pessoa usuária de drogas.

Não é raro as pessoas assistidas pelo Programa, após dias participando das atividades de capacitação, perguntarem: que hora vamos falar das drogas? Mais tarde, compreendem a intenção pedagógica de que estão inseridas em uma agenda regular de aprendizados e socialização, em que, ao final, estabeleceram outro tipo de relação e padrão de uso, bem como, outro olhar em relação a si e às companheiras. Muitas das participantes não são usuárias ou não fazem uso abusivo, mas convivem intensamente com quem o faz e passa a ser uma redutora de danos, a partir da sua mudança de olhar e dos conhecimentos adquiridos.

São exemplos, as atividades desenvolvidas pelos profissionais de arte-educação que são artistas com currículo robusto de formação e experiência na área de arte e cultura e a ênfase dada pelo programa ao acesso à justiça, isto porque a dificuldade de acesso à justiça, muitas vezes, é o que impede o acesso a outros direitos essenciais como documentação ou saúde. No que tange ao eixo de inserção profissional, o Programa inova na criação de ambiência para lidar com essa problemática de como gerar oportunidades laborais, para um público que congrega diversas dimensões de exclusão social.

7.4 O DESENVOLVIMENTO DO TEMA DA INSERÇÃO PROFISSIONAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO PROGRAMA CORRA PRO ABRAÇO

Inicialmente, considero importante recobrar de que forma eu cheguei a essa problemática da inserção profissional para população em situação de rua. A militância política delineou um percurso de leituras e interesse sobre o tema do desenvolvimento, como este se articula com as desigualdades sociais e de que modo o racismo e a experiência da escravidão racial na formação da sociedade brasileira aparecem como um determinante para o subdesenvolvimento do nosso país, submetendo a população negra às piores condições de pobreza e desumanização. Com efeito, a população em situação de rua, no contexto brasileiro, é um segmento populacional excluído do sistema de direitos, o que a mantém, durante muito tempo, sem espaços de fala e reivindicação.

Profissionalmente, tive experiências que tinham a intenção de intervir nessa realidade, passei por processos formativos com grandes quadros que elaboram política e cientificamente sobre as desigualdades socioraciais e que me deram a dimensão da relação dessa problemática com os processos de desenvolvimento do Brasil (BAIRROS, L.; CARNEIRO, S.; SANTOS, H.; SAMPAIO, E.).

Assim, contribuí para a concepção e constituição do primeiro Fundo para financiamento de projetos sociais para equidade do Brasil, o Fundo Baobá para a equidade racial (fundado em 2011, tem sede atualmente em São Paulo), sendo atualmente o maior fundo desta natureza no Brasil. Sempre buscando me envolver em processos coletivos com força para mover a base sistêmica e inercial do racismo que mantém, historicamente, as pessoas negras nos piores índices de empobrecimento.

Passei a atuar na gestão pública a partir da SEPROMI – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial/Governo da Bahia, perseguindo ali a consecução de tarefas consequentes e estruturantes; dentre outras ações, atuamos no sentido de organizar e institucionalizar políticas de igualdade via implementação do Estatuto da Igualdade Racial e combate à intolerância religiosa (Lei 14.128 / 2014).

A intersetorialização das políticas de igualdade racial era uma das principais tarefas e a incidência do Estatuto no FUNCEP (Fundo de Combate à Pobreza) foi um dos elementos que me aproximou do diálogo /SJDHDS - BA, Secretaria responsável pela execução do Corra pro Abraço, que interessada em colaborar com a agenda intersetorial para a promoção da igualdade racial, procurou aproximar, nos termos do PPA (Plano Plurianual), esse programa de redução de danos à pauta racial de Governo do Estado da Bahia.

Como já citado, em 2015, prestei uma consultoria no âmbito do Corra pro Abraço (SJDHDS/Governo da Bahia), que tinha como objetivo começar a responder a questão da inserção profissional do seu público, bem como dos demais serviços da rede que trabalham com população em situação de rua e usuários de drogas no centro histórico de Salvador. Era, praticamente, uníssona, por parte dos profissionais dos serviços, a demanda por vagas no mercado de trabalho reclamadas pelas pessoas assistidas.

Nesse momento, dei-me conta que para fazer a disputa política dentro dos sistemas de direitos, qualquer segmento populacional precisa estar dentro destes, porém, infelizmente, a população em situação de rua, em muitos aspectos, não está sendo percebida pelas práticas de gestão do poder público.

A última pesquisa populacional mais ampla no Brasil se deu em 2009 pelo antigo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Naquele estudo, o perfil apresentado era de que 79,8% das pessoas são do sexo masculino, correspondendo ao sexo feminino, aproximadamente, 20% dos recenseados. Por volta de 58,6% dos pesquisados declararam ter alguma profissão, porém apresentavam níveis baixos de renda, posto que 52,6% recebiam entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais (MDS, 2009).

Com relação à escolaridade, 74% dos entrevistados sabiam ler e escrever. 17,1% não sabiam escrever, 8,3% apenas assinavam o próprio nome e 95% afirmaram não estudar, visto que a rua não oferecia condições para isso. Apenas 3,8% dos entrevistados afirmaram estar fazendo algum curso. Sendo que 48,4% não concluíram o primeiro grau e 17,8% ou não souberam responder ou não lembraram, ou não responderam sobre seu nível de escolaridade. Apenas 3,2% haviam concluído o segundo grau (MDS, 2009).

Com relação aos dados específicos da cidade de Salvador-Ba, os números apresentados nas pesquisas consolidadas apontaram que a capital baiana apresentava um total de 3.289 pessoas adultas em situação de rua Brasil (MDS, 2009). Já o levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate a Pobreza (SEMPs), no ano de 2013, informava um número equivalente a 3.500 pessoas. As estatísticas referentes ao sexo, etnia e escolaridade acompanhavam o apresentado pelo levantamento do MDS em 2009.

Contudo, na pesquisa mais recente realizada pelo Projeto Axé em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), com o Movimento Nacional de População de Rua (MNPR) e a União dos Baleiros, estima-se que, no município de Salvador, tenham, no mínimo, 14.513 e, no máximo, 17.357 pessoas vivendo em situação de rua.

Em 2022, o IPEA publicou duas notas técnicas, a número 73, sobre a estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020) e a Número 74, com um levantamento de Medidas Municipais Emergenciais adotadas com a pandemia, tendo como base de dados os registros mensais de atendimento socioassistencial e o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único). Embora admitam o risco de subnotificação, afirmam uma melhoria na base de dados que pode colaborar para a realização de comparativos ao longo do tempo e para a elaboração de políticas públicas para o segmento. Sobre isso, Natalino (p.9, 2020) afirma que “de fato, é muito complexo realizar este tipo de estudo em escala continental, ainda mais considerando a diversidade do território brasileiro e de suas formas de ocupação”.

No cotidiano das profissionais é possível verificar que grande parte da população em situação de rua não está cadastrada nos sistemas dos municípios, principalmente nos casos de pessoas em sofrimento mental ou que fazem uso mais intensivo de drogas (pessoas que as equipes têm mais dificuldade de realizar vínculos e ter referência, por diversos motivos, dentre eles, por ocuparem locais de mais difícil acesso ou por migrarem com constância). Não é raro, portanto, os números das prefeituras contrastarem com os números de pesquisas independentes feitas por universidades e outras entidades interessadas.

Em síntese, a gestão pública, para considerar determinados segmentos, vai exigir que estes estejam, dentro de algum sistema, seja o da assistência social, que muitas não estão, seja no sistema educacional, que a maioria também não está, seja no da saúde ou outros, que, de igual modo, não se alcança na totalidade ou em maioria. Assim, o que vimos é que o desafio é maior do que é possível mensurar, porque o Brasil permitiu a existência de um nível de desigualdades e exclusão que pode boicotar os sistemas mais sofisticados, para garantia de direitos já elaborados pela sociedade. A sensação é de que tudo foi detalhadamente pensado, desde que as brasileiras estejam dentro de um sistema em condições de disputar direitos. Para todos os outros, está a morte social até alcançar a morte física. Esse é o tamanho do desafio, que pressupõe, antes de qualquer coisa, trazer essa população para dentro dos sistemas de direitos e em condições de disputa para a efetivação.

7.5 A LEGISLAÇÃO E EXPERIÊNCIAS QUE ORIENTAM SOBRE OS DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA À INSERÇÃO PROFISSIONAL

A primeira etapa na consultoria foi levantar a legislação que ampara as obrigações do poder público na condução de políticas de inserção profissional, para população em situação de rua e usuários de drogas. Localizamos, dentre as principais nas esferas federal e estadual, na Bahia, a Política Nacional de Saúde Mental e Álcool e outras Drogas e a Política para População em Situação de Rua, estando esta reafirmada no Decreto Federal 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial; e a Lei Estadual Nº 12.947, de 10 de Fevereiro de 2014 que, por sua vez, cria a Política Estadual para a População em Situação de Rua e dá outras providências.

Com o intuito de proporcionar o acompanhamento integral, resguardo dos direitos e consolidação da política pública voltada às pessoas em situação de rua, no instrumento estadual, é estabelecida a criação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual, que reúne representações das diversas secretarias e segmentos.

No referido Comitê, está prevista a participação da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos (SJDHDS), da Igualdade racial (SEPROMI), da Educação (SEC), do Desenvolvimento Urbano (SEDUR), do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), da Cultura, e da Saúde (SESAB).

Enquanto entidade executora da Política Pública de geração de renda e qualificação profissional, a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE) tem as seguintes competências¹⁷:

[...] I - formular, coordenar e executar políticas públicas de promoção do trabalhador, tais como formação e orientação profissional, visando à organização dos trabalhadores, identificação de oportunidade de trabalho e emprego, inserção de trabalhadores no mercado de trabalho e melhorias

¹⁷ Disponível em: <http://www.setre.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=186>. Acesso em 16 de setembro de 2019.

das relações de trabalho, inclusive em articulação com entidades de direito público interno ou externo de todas as esferas do governo e entidades de direito privado nacionais ou estrangeiras;

II – propiciar condições e iniciativas que estimulem a promoção do trabalho decente para todos;

III – desenvolver políticas voltadas à inserção no mundo de trabalho das pessoas situadas em grupos sociais detentores de atenção especial, tais como pessoas com deficiência, **egressos do sistema penal, população de rua e todos os demais situados em condições de vulnerabilidade social**; (grifo nosso)

IV – participar de atividades que estimulem o desenvolvimento sustentável, o enfrentamento da pobreza e o exercício da cidadania, como políticas de promoção do trabalhador;

V – desenvolver ações destinadas à qualificação profissional e à inclusão do trabalhador no mercado de trabalho, com a consequente geração de renda e de apoio ao trabalhador desempregado.

VI – participar da formulação, gestão, execução, acompanhamento e avaliação da Política Estadual de Esporte e Lazer;

VII – formular e coordenar a política de preservação, incentivo, promoção e divulgação do artesanato baiano;

VIII – identificar, junto a entidades de direito público interno ou externo ou de direito privado nacional ou estrangeira, recursos financeiros para o desenvolvimento das ações da Secretaria;

IX – planejar, coordenar, executar e acompanhar ações e programas de fomento à economia popular, à economia solidária e ao cooperativismo;

X – exercer outras atividades correlatas (SETRE,

2019)

Apesar de citar, expressamente, dentre as suas competências, como visto acima, a prioridade de geração de emprego e renda para *egressos do sistema penal, população de rua e todos os demais situados em condições de vulnerabilidade social*, a SETRE não dispõe de programas que respondam à flagrante demanda.

O programa Corra pro Abraço buscou costurar adequações e soluções, por diversas vezes¹⁸, junto á Secretaria, sem que houvesse encontrado lugar onde as condições

¹⁸ Posso citar algumas ocasiões. Em 2015, quando tivemos os cursos do Qualifica Bahia, isso nos permitiu os aprendizados sobre o que funcionava ou não, para esse público. O Corra, até então, trabalhava apenas com o pop rua e retornou em 2016 para apresentar, em reunião, os obstáculos e sugestões. Em reunião com o SINE, por duas vezes, encaminhamos o cadastro das assistidas. Na primeira, em 2015, perguntaram-nos sobre o perfil dos profissionais, foi então que observei que a rede não tinha os dados e que era preciso estruturar isso permanentemente. Na segunda, em 2018, já tínhamos perfis, mas não foi possível articular vagas, até que, para a obra do VLT, ficou apontado o cadastramento e que as pessoas seriam chamadas para entrevista, mas o processo não seguiu. Também, em 2018, já com os perfis das profissionais, voltamos à SETRE, em reuniões, e não

de vulnerabilidade do seu público não se impusessem como impedimento. O grau profundo de vulnerabilidade exclui o perfil da população em situação de rua dos critérios adequados para os programas institucionais para geração de emprego e renda. Mesmo os cursos, como vimos no caso do Qualifica Bahia, impõem dificuldades no seu formato.

Em todas as articulações buscadas, após passar pela análise dos programas existentes, emergia a sugestão de buscar a área de economia solidária. Esta última consta, sem dúvida, como uma das vias, porém não pode ser a única. Além disso, o grau de investimento de que se dispõe para ações de economia solidária, com esse público, não permite viabilizar uma intervenção que impacte a demanda, como desejado. De toda sorte, os cursos realizados no Programa têm utilizado os princípios da economia solidária no processo de ensino-aprendizagem, buscando a qualificação das atividades já desenvolvidas pelas pessoas que participam e estimulando o trabalho cooperativo.

Das Secretarias membro do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual embora, por razão óbvia, tenhamos dado destaque ao papel da SETRE, todas possuem papel e competências que podem e devem convergir no sentido de construir soluções. Inclusive, porque subscrevem e assinam instrumentos legais diversos que preveem a necessidade de investimento na inserção profissional, porém, efetivar ações nesse sentido, esbarra em dificuldades que fomos identificando também junto aos profissionais da rede e buscando, à época, ações de referência existentes¹⁹ e demandas no campo (em funcionamento ou não), tendo sido esta a segunda etapa do serviço prestado em 2015.

identificamos nenhum programa que coubesse uma ação mais estruturada para o público e fomos reconduzidas a dialogar com o setor de economia solidária.

¹⁹ O Programa De Braços Abertos, também chamado de Programa Operação Trabalho (POT) desenvolveu, entre 2014 e 2018, diversas ações voltadas aos beneficiários da iniciativa, que estavam em situação de rua, sob o uso abusivo de substâncias psicoativas, no local popularmente conhecido como Cracolândia (SP). A iniciativa, implementada pela Prefeitura de São Paulo, visava à redução de danos causados pelo uso do crack e de outros entorpecentes. A Adesa deu apoio à execução do POT, desde outubro de 2014, por meio da Secretaria Municipal do Trabalho e Empreendedorismo (SMTE). Criado em 2014, o programa parte do resgate social dos usuários de crack, por meio de qualificação profissional, frentes de trabalho (como varrição de ruas e praças de SP, plantação e colheita de mudas de plantas para manutenção de jardins da cidade e inclusão digital), alimentação e moradia digna, com orientação de intervenção não violenta. Suas diretrizes trazem um novo olhar sobre o dependente químico, que deixou de ser tratado como um caso de polícia e passou a ser encarado como cidadão, com direitos e capacidade de discernimento. O tratamento de saúde é uma consequência das etapas anteriores, e

7.6 A DEMANDA PELA INSERÇÃO PROFISSIONAL ESTÁ POSTA, MAS O PERFIL DAS TRABALHADORAS NÃO ESTÁ MONITORADO

Dialogando com agências intermediadoras de mão de obra (realizamos algumas reuniões com o SINE e parcerias com outras organizações com o mesmo intuito), ficou evidente que uma pergunta que precisaríamos ter condições de responder ao suposto empregador era que perfil de mão de obra tínhamos disponível. Nas reuniões realizadas com a rede, evidenciou-se que nenhum dos serviços que atuavam com a população em situação de rua no município de Salvador possuía um banco de dados ou cadastro com informações de escolaridade e experiência profissional das usuárias.

As profissionais destacaram como barreiras para a inserção profissional, o baixo grau de escolaridade e de qualificação profissional da maioria das pessoas, boa parte nunca havia tido uma experiência de trabalho formal, além do preconceito devido ao fato de se tratar, majoritariamente, de pessoas negras e viverem em situação de rua. Ou seja, estamos diante de uma problemática que perpassa severos processos de exclusão social na educação, na saúde, no acesso à justiça e, por conseguinte, no mercado de trabalho.

Em um dos encontros com os representantes dos serviços que atuavam no Centro de Salvador-Ba, apresentei um instrumento para que informassem dados do perfil das/os assistidas/os. A partir do que devolveram, foi possível confirmar algumas questões,

não condição prévia imposta para participar do programa. (Fonte: <http://adesaf.org.br/novo/sao-paulo-de-bracos-abertos/>)

Projeto Resgate (Rio de Janeiro/RJ) - criado em 2017, visa incluir pessoas em situação de rua no mercado de trabalho, por meio da capacitação, emissão de carteira de trabalho, intermediação de mão de obra e encaminhamento para entrevista de emprego, o Projeto Resgate está centrado em um curso com um mês de duração, as aulas são ministradas por profissionais designados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação (SMDEI/RJ), responsável pela iniciativa, e realizado na sede da Defensoria Pública do Rio de Janeiro. Segundo consta no site da Prefeitura, o curso foi desenvolvido com metodologia pensada e aplicada para este grupo específico de pessoas. O conteúdo oferecido aos alunos inclui aulas de 'Direitos e cidadania', 'Planejamento de carreira', 'Postura profissional', 'Currículo' e 'Inteligência emocional'. Além das aulas, os alunos poderão requerer cadastro no Portal Mais Emprego, para que seja possível à SMDEI emitir cartas de encaminhamento para entrevistas de emprego. Para participar do processo, o sujeito deverá estar abrigado momentaneamente em alguma instituição; **não poderá ser dependente químico**; e precisará declarar interesse em regressar para o mercado de trabalho. (Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=7105240>)

mas se confirmou, sobretudo, que os serviços não tinham as informações organizadas sobre o perfil profissional e de escolaridade das pessoas acompanhadas por eles, o que seria fundamental para uma ação de inserção profissional não ostensiva, postas as condições estruturais que limitam o acesso ao trabalho decente, mas sistemática e crescente de condução para o trabalho e renda e de diálogo/mobilização com as instituições responsáveis.

7.7 ARTICULAÇÃO DE PARCERIAS INSTITUCIONAIS PARA INICIAR UMA CONDUÇÃO SISTEMÁTICA DE SOLUÇÕES PARA O TRABALHO E RENDA DA PSR, COM A SETRE E SEC

Na terceira etapa do serviço, acompanhei e fomentei algumas ações em resposta às demandas já levantadas, no que dizia respeito à baixa escolaridade e à qualificação profissional. Sobre esse último, acompanhei a realização do primeiro curso profissionalizante do Ponto de Cidadania e Corra pro Abraço (SJDHDS), em parceria com a SETRE, e registrei as dificuldades que se apresentaram nessa execução, o que veio a ser utilizado como aprendizado para o que seria a futura prática no Corra pro Abraço; vejamos:

- O formato dos cursos como os do Qualifica Bahia (SETRE) trazia exigências de uma carga horária diária difícil para a adaptação daquele público. A realidade de sala de aula era algo muito distante da experiência deste que, em geral, teve pouca ou nenhuma experiência de escolarização. Estar em espaço fechado por 4 horas ao longo da manhã foi bastante difícil para o público e para os instrutores administrarem;
- Realizar a opção pelos cursos disponíveis era um grande desafio. Embora a lista trouxesse dezenas de opções, o cálculo para a escolha teria que levar em consideração a baixa escolaridade, a falta de experiência na dinâmica de trabalho formal e a falta de estrutura para a realização dos cursos - alguns exigem espaços e equipamentos específico -, possibilitando uma formação segura, em áreas com reais perspectivas de absorção pelo mercado. Isso reduzia a lista para menos de dez opções;

- Encontrar instrutores técnicos de determinadas áreas que precisavam ser também educadores populares, para terem condições de lidar com uma turma multisseriada, além de compreender as dificuldades trazidas pelas histórias de vida nas ruas, manejar e superar preconceitos assentados em estigmas que marcam essa população. Alguns instrutores pensaram em desistir embora, ao final, tenham relatado que o desafio foi do tamanho da satisfação e do acolhimento que tiveram ao final pelas turmas;
- A presença e acompanhamento do curso por uma profissional que seja técnica de referência, para além da instrutora técnica em sala de aula, foi fundamental para o manejo e manutenção das turmas até o final. Isso porque, a profissional traz para sala toda a sua experiência de manejo de conflito, linguagem e legitimidade já construída com as turmas para recobrar objetivos de cada um e acordos previamente construídos. A presença desse profissional implica mais custo para a realização dos cursos, e isso precisa ser levado em consideração;
- As pessoas buscam recursos para a refeição do dia, naquele mesmo dia, principalmente, no turno matutino. Se isso for desconsiderado, a sala se esvazia sem ninguém entender o porquê. Uns precisam fazer o "corre" de manhã, para conseguir o almoço, outros precisam chegar no horário do restaurante popular, porque senão não conseguem a ficha para almoçar ou perdem o horário do almoço no serviço onde são acompanhados, como é o caso de alguns CAPS que oferecem refeição. Entre as soluções possíveis, está a oferta de café da manhã e almoço ou o encerramento das aulas até às 11 horas da manhã, por exemplo.
- O curso trazia a exigência da assinatura dos cursistas para a prestação de contas, quando alguns não sabiam escrever os próprios nomes; uns, algum dia, já escreveram os seus nomes, mas por falta de treino pensam ter pedido a habilidade. Uma análise técnico-pedagógica para cada caso é algo desejável para a obtenção de um melhor aproveitamento. Assim, seria pertinente a realização de uma atividade, como um módulo de letramento, em que todos possam treinar a escrita dos seus próprios nomes e formas diferentes de leitura.

- Em geral são pessoas que dormem mal, porque dormem no improviso, nas ruas ou em «cortiços/hotéis/ocupações»; ou até dormem melhor, mas vêm de longe por estarem abrigados em unidades de acolhimento, dependendo de auxílio com o transporte. Esse é também um aspecto a ser observado. Isso faz pensar que as oportunidades precisam estar mais desconcentradas, para estarem mais próximas das pessoas.

Antes que qualquer leitura apressada venha a concluir ser impossível realizar cursos profissionalizantes com qualidade para esse público, arremato que o que aprendemos é que é possível, contanto que: abandonemos a ideia de que já sabemos como fazer antes de conhecer melhor o público e a dinâmica local, que pode ser bem apreendida também a partir do diálogo com os profissionais da linha de frente; observemos as especificidades desse público; e adequemos as regras que costumam ser totalizantes em favor daqueles que, mesmo socioeconomicamente empobrecidos, possuem a vida mais organizada no cumprimento dos ritos de morar, alimentar-se e dormir. É necessário haver flexibilidade e compreender a ação como um investimento de reparação. Pacotes prontos não servem a essa realidade.

Em relação à necessidade de atuar para a progressão de escolaridade das PSR, fomentamos a realização da primeira turma do Topa – Todos pela Alfabetização para a população em situação de rua. Tratou-se de uma parceria com a Secretaria Estadual da Educação e o Movimento de População de Rua. A avaliação, segundo as pessoas que acompanharam a ação, foi de que, embora a experiência tenha sido importante, o formato de prestação de contas e de repasse de recursos, para alimentação, por exemplo, não obedeceu a um ritmo adequado ao perfil da população, isto porque as condições de vulnerabilidade são muito extremas, de modo que não ter a alimentação por atraso no repasse do recurso pode inviabilizar as participações.

Dessas experiências, ficaram algumas recomendações que passaram a compor a execução do Corra pro Abraço nos anos seguintes, dentre elas:

- a realização de uma oficina permanente de letramento, aberta e para uma classe multisseriada;

- o estímulo à matrícula na rede municipal e estadual, com a realização de mutirões no início do ano letivo e acompanhamento para o CPA e outras alternativas para conclusão e certificação das etapas educativas;
- realização de cursos para qualificação profissional, a partir do sugerido pelos assistidos no preenchimento das fichas de coleta de dados propostas a partir da consultoria;
- trazer sempre no conteúdo dos cursos instrumentais, a produção autônoma e associativa para geração de renda;
- preenchimento dessas fichas a cada nova turma de todos os cursos realizados no programa, a fim de manter um banco de dados atualizado.

Essas ações servem como parte da preparação do próprio Corra pro Abraço e dos seus assistidos para oportunidades de parcerias, no tocante à inserção profissional.

7.8 ENTRE OS ANOS DE 2016 E 2019, O PCA REGISTROU EXPERIÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO PROFISSIONAL RELEVANTES

Além dos cursos de qualificação profissional, a oficina permanente de letramento e o curso de redutores de danos passaram a ocorrer todos os anos, dentro desse exercício de gerar ambência e preparação para a inserção profissional, desde 2016 até 2019, e pessoas assistidas foram envolvidas em práticas profissionais permanentes ou pontuais.

Ao longo desse período, pessoas que passaram pelos cursos foram identificadas para participar de mesas nas capacitações abertas, colaborando com conteúdos importantes, para os profissionais da rede participantes, sendo remuneradas por meio de hora/aula. Estas pessoas, diante dos seus desempenhos e segurança adquirida, foram priorizadas em processos seletivos realizados na rede para profissionais em Redução de Danos.

Através da Comvida, uma das organizações da sociedade civil executoras do Corra, 03 jovens foram contratadas e atuaram na parte administrativa do programa como

jovens aprendizes; ao menos 02 dessas jovens se profissionalizaram, fazendo parte do quadro de profissionais CLT do Programa.

Ocorreram diálogos sobre captação de recursos para criação de ações de inserção profissional com alguns parceiros, como Canteiros Coletivos, que já realizou vários cursos de jardinagem na rua e na sede (desde 2018) e com a Atento (novembro de 2019), empresa que realizou um treinamento com um grupo de 20 assistidos com o intuito de captar vagas de trabalho para aqueles perfis. Um dos fornecedores da Comvida selecionou, no mês de novembro de 2019, um assistido para uma vaga de ajudante de cozinha; este está fazendo um curso de redutor de danos e passou pelo treinamento da Atento.

Houve também, no âmbito da mudança para o sinal digital de TV, o curso de antenista, com o Senai Cimatec, que se desdobrou em uma ação de instalações, e as pessoas tiveram os kits de ferramentas disponibilizados.

Além disso, o Corra adotou como prática sempre finalizar os cursos com alguma ação prática que gere remuneração e experiência para o conjunto ou para aqueles que melhor se dedicaram aos treinamentos, no caso da disponibilidade de poucas vagas. Para o curso de pintura artística, em parceria com uma loja de tintas, duas pessoas fizeram uma ação remunerada de pintura em rostos de clientes da loja. Na ocasião do Dia das Crianças, em outubro, essas mesmas foram contratadas para uma ação de pintura de crianças nas praças. Busca-se, sempre que possível, disponibilizar o kit básico para a atuação profissional após os cursos.

Na nossa leitura, o programa avançou bastante no uso da aprendizagem e organização para oportunidades, porém precisa extrapolar essa prática para uma ação mais sistemática e ampla. Para isso, é preciso a compreensão dos órgãos institucionais sobre os seus papéis e sobre a limitação dos modelos de gestão e seus instrumentais existentes, que não dão conta das necessidades. É preciso elaborar outros instrumentais. É preciso também envolver a sociedade, ativando formas diferentes de se relacionar com o território, com a negritude das pessoas, combatendo

o racismo e as formas de reprodução social e econômica²⁰ e criando, assim, relações sociais mais sustentáveis e saudáveis.

7.9. A ORGANIZAÇÃO SISTEMÁTICA DA AMBIÊNCIA DEVE ENVOLVER OS SERVIÇOS DA REDE, ESFERAS DE GOVERNOS E SOCIEDADE

No relatório da consultoria em parceria com a SJDHDS, de 2015, já citada, eu recomendava a mobilização e preparo do Corra pro Abraço e demais serviços da rede de atenção psicossocial e dos assistidos, para processos diversificados de inserção produtiva a profissionais que possam abarcar atividades: autônomas, individuais e associativas (produção e venda de produtos e serviços); e contratuais, a partir do setor privado e público (venda de serviço). Sendo assim, já sabemos que esse processo precisa passar pela preparação, tanto dos serviços que atendem as pessoas, quanto das pessoas assistidas pelos serviços, que são as demandantes.

7.10 MEDIDAS QUE PODEM SER ADOTADAS NA GESTÃO DOS SERVIÇOS DA RAPS, EM FAVOR DA INSERÇÃO PROFISSIONAL DO SEU PÚBLICO ATENDIDO

De maneira ideal, o órgão estadual responsável deve estar alinhado com os órgãos municipais, no intuito de orientar que os serviços devem revisar as suas fichas de cadastro e manter um banco de dados atualizado de assistidas e de possíveis parceiras de formadores e empregadores, investindo permanentemente na criação de uma ambiência (política, social e legal), para avançar nas propostas de inserção profissional.

²⁰ “Para não dizer que não falei das flores”, na experiência do Corra, é possível observar relações saudáveis de apoio e cuidado entre moradores, comerciantes e pessoas em situação de rua que servem de exemplo. O caso do ferro velho no Pela Porco, onde as PSR vendem ferro velho e os serviços de proteção social e saúde têm como referência para localizar as pessoas para desdobrar atendimentos. Tem também o caso do quiosque no Aquidabã que, sob orientação, guarda e dá suporte para a administração do medicamento para um caso de saúde mental, cuja pessoa não consegue realizar o seu cuidado sozinho. Se as equipes especializadas estão atentas a essas atrizes, elas podem qualificar essas relações, enxergando a comunidade local como parte do processo de cuidado. Sem contar que, muitas vezes, o comércio local é fornecedor de oportunidades de pequenos serviços, e poderia ser melhor estimulado.

Esse banco de dados deve identificar os perfis profissionais para trabalho formal e também com potencial para o trabalho autônomo, localizando bem as áreas possíveis de atuação, a partir de experiências pregressas, cursos já realizados e desejos futuros.

Os PACs (Plano de Acompanhamento do Cuidado, utilizado no Corra para cada assistido), PTS (Plano Terapêutico Singular) e afins precisam incorporar a produção de currículos junto com os técnicos de referência, para aquelas que manifestam interesse na inserção profissional. Como se trata de pessoas com forte dificuldade para a inclusão digital e sem residência fixa, diante de uma oportunidade de trabalho, pode ser difícil localizar a pessoa a tempo de organizar a documentação. Ter o currículo em uma pasta digital, para fácil acesso, pode ajudar a aproveitar oportunidades. As pessoas assistidas devem estar engajadas no processo de autocuidado (saúde, profissionalização e escolarização), com o suporte da equipe multiprofissional.

É importante também que os serviços desenvolvam atividades de estímulo à associação, para a produção ou a qualificação individual, sendo desejável manter relação de parceria com órgão público ou privado, com o intuito de intermediar mão de obra. Um trabalho permanente de sensibilização de empregadoras é importante, no sentido de estabelecer confiança entre as partes e desconstruir preconceitos e estigmas.

7.11 AS EMPREGADORAS - EMPRESAS, ÓRGÃOS PÚBLICOS E COLETIVOS PARCEIROS - TAMBÉM PRECISAM ESTAR PREPARADAS

A diversidade agrega valor às organizações e esse é um caminho já adotado por organizações públicas e privadas; todas estas já devem saber, no entanto, que abraçar a diversidade e alcançar os seus benefícios para as organizações e colaboradores exige uma preparação.

Ao conhecer as especificidades de pessoas em situação de rua, comprehende-se a necessidade de flexibilizar critérios, sem deixar de pactuar os deveres e a disponibilidade para aprender, ensinar e aproveitar o que de melhor a profissional tenha a oferecer.

Em muitos casos, será recomendável destacar um acompanhamento que cumprirá um papel de mentoria por um período determinado, para ajudar o sujeito a descobrir os seus potenciais, compreender as regras da organização e como lidar com os clientes e parceiros.

Os serviços da rede demandantes das vagas para os profissionais podem, em contrapartida, disponibilizar palestras e cursos sobre temas no campo da promoção da saúde mental, diversidade, prevenção ao uso nocivo ou abusivo de álcool e outras drogas, bem como outros temas que contribuam para o cotidiano da organização/empresa. A demanda por cuidado em relação à saúde mental e ao uso abusivo e nocivo de drogas está em todos os lugares, e a máxima geralmente utilizada, “não use drogas”, não dá conta da complexidade dos casos. Os espaços profissionais precisam de orientações mais técnicas e profundas, estas que podem ser disponibilizadas pelos serviços especializados da rede.

Das experiências que temos para nos inspirar em cada tipo de atividade, o campo da saúde mental possui casos importantes de produção associativa para geração de renda, através da economia solidária. Algumas experiências governamentais convocaram a iniciativa privada para abertura de vagas; o “Começar de Novo”, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça/CNJ, é um exemplo que está no âmbito do sistema prisional; e o De Braços Abertos, do município de São Paulo (SP), desarticulado a partir de 2016, pôs em prática uma experiência de inserção profissional para população em situação de rua e usuárias de drogas, que foi descontinuada.

Outras experiências governamentais que incluem população em situação de rua se deram, mas sempre exclui as pessoas que estão mais desorganizadas, ora por não se propor a conhecer o público e a flexibilizar as condicionalidades e caminhos de

cuidado, ora por subestimar a importância da empregadora também estar preparada para receber as pessoas.

A depender do tempo em que a pessoa se encontra em situação de rua e dos motivos que a levaram a estar naquele contexto, as suas condições para o cuidado pessoal e de saúde mental podem estar bastante comprometidas. Isso não as inviabiliza enquanto profissionais, mas a não atenção a alguns fatores pode inviabilizar. O cuidado com os dentes, por exemplo, é algo que pode se dar no processo e não necessariamente a priori, como já exigiram algumas empresas parceira do Programa Trabalho Novo (São Paulo/SP), assim como as roupas adequadas que a pessoa pode não dispor ou ainda a adaptação aos horários ou ao regime de remuneração e a própria noção do tempo.

A demanda crescente nas ruas e bairros, sobretudo das capitais, pede uma resposta estruturada de forma mais articulada com os diversos setores públicos e privados, passando pelo fortalecimento da RAPS, numa perspectiva política de prevenção e também de reparação, que aponte horizontes mais sustentáveis para a gestão pública dos estados e municípios.

Assim, vemos desenhada uma tecnologia social que lança mão de estratégias múltiplas, envolvendo setores diversos da sociedade, promovendo atenção integral, acelerando processos de formação, capacitando e fortalecendo instituições e empreendimentos, através de dinâmicas que podem envolver contrapartidas técnicas, financeiras e fiscais, a depender de cada contexto e esfera de governo.

7.12 OS IMPACTOS ESPERADOS DE UMA AÇÃO SISTÊMICA PELO FORTALECIMENTO DO TRABALHO COMO PARTE DO PROCESSO DE GARANTIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

O caso do Programa Corra pro Abraço (SJDHDS/Governo da Bahia) é a nossa situação empírica e o lugar a partir do qual construímos o olhar a respeito do cuidado a pessoas em situação de rua e da demanda por proteção social. No Corra pro Abraço,

vimos, ao longo dos anos, exercitando ações que corroboram para a ambiência do processo de inserção profissional dos participantes. A equipe técnica do Corra e, também, outros serviços da RAPS afirmavam que as oportunidades profissionais eram uma ausência importante para avançar nos processos de cuidado em vários casos.

Na Bahia, alguns serviços parceiros do Corra pro Abraço (por exemplo, OSID – Obras Sociais Irmã Dulce e CAPS diversos, Projeto Gerar/UFBA) realizam oficinas para produção de itens para geração de renda e realizam discussões sobre esse desafio (exemplo, Movimento de População em Situação de Rua, DPE-BA). Todavia, é possível identificar limites nessa estratégia que alcança, em alguma medida, alguns perfis de usuários dos serviços, mas não dão conta de muitos outros.

Além disso, organizar processos produtivos autônomos, que gerem condições de subsistência, como muitas vezes seria necessário, exige um alto nível de estruturação e suporte difícil para sustentar qualquer sujeito, ainda que não apresente as limitações dadas pelas condições de vulnerabilidade social e de saúde. Não se trata de algo impossível, visto que existem casos considerados de sucesso, mas a diversidade de perfis não permite se pensar em apenas uma via para viabilizar essa inserção produtiva e profissional.

Conforme a percepção preponderante nas equipes técnicas, na medida em que as pessoas aderem ao processo de cuidado e voltam a acreditar que podem dar novos rumos às suas vidas, a falta de oportunidade de trabalho se impõe como desafio diante da realidade objetiva desses sujeitos que, em geral, possuem baixo grau de escolaridade e qualificação e têm a autoestima acachapada por estigmas sociais. Dito isso, verifica-se que o trabalho é um elemento de constituição de autonomia fundamental para o processo de cuidado.

A saída em termos de proposição de gestão social deve envolver três atores sociais, especialmente: o poder público; os/as usuários/as da rede de cuidado e de atenção psicossocial; e empreendimentos de diversos portes e setores.

O poder público, na medida em que tem o papel de propor e mobilizar soluções para o cumprimento dos direitos humanos fundamentais, bem como induzir, elaborar e executar políticas públicas, está desafiado a promover a igualdade sociorracial e econômica e, assim sendo, precisará encontrar caminhos para responder à necessidade de inserção produtiva de uma camada populacional com forte grau de vulnerabilidade – pessoas em situação de rua, que vivem em territórios criminalizados e, ocasionalmente, usuárias de álcool e outras drogas.

A partir da experiência do Corra pro Abraço, os aprendizados desse processo de criação de ambiência podem ser geradores de oportunidades para muitos atores sociais que poderão, a partir das suas vivências e testemunhos, ampliar as vozes dessa população, contribuindo para a quebra dos estigmas que a isolam e não permitem o deslocamento social (desejado) desses sujeitos. Não é demais frisar que se trata de um conjunto de ações que atacam um desafio do presente, mas carece de estratégias concomitantes, as quais resolvam os fatores geradores de contingentes populacionais tão desprovidos, ou seja, medidas de prevenção precisam ser desenvolvidas.

São também interessados, os usuários e os serviços da rede de cuidado e de atenção psicossocial engajados no campo da saúde mental, usuários de álcool e outras drogas, uma vez que também possuem papel na consecução de políticas públicas e demandam estratégias para a inserção profissional, como parte do processo terapêutico, sendo que alguns lançam mão de iniciativas de economia solidária e cooperativas, mas reconhecem o limite disso.

Para esse trabalho, a interlocução com diversas profissionais ao longo dos anos em que atuei na coordenação do Programa contribuiu com bastante informação sobre os obstáculos, desejos e elementos que precisam ser considerados nas suas trajetórias a respeito do estar nas ruas, ser usuários de álcool e outras drogas e viver em territórios criminalizados.

Além desses, é ator interessado o conjunto de empreendimentos de diversos portes e setores, que precisam ser mobilizados e que devem ser atraídos por incentivos e pelo próprio comprometimento com ações de impacto social e geração de vagas de

trabalho, com o intuito de somar forças para incidir em uma problemática de grande relevância social e que tem acometido toda a sociedade.

Na nossa leitura, o programa avançou bastante no uso da aprendizagem e mediação para oportunidades de cuidado, porém precisa extrapolar essa prática para uma ação mais sistemática e ampla. Para isso, é preciso a compreensão dos órgãos institucionais sobre os seus papéis e sobre a limitação dos modelos de gestão e seus instrumentais existentes, como já dito.

Com isso, pessoas usuárias dos serviços de atenção psicossocial se beneficiarão com o acesso a oportunidades de formação e prática profissional, constituição de autonomia, através da formação político-cidadã, ruptura das barreiras dos estigmas, acesso a serviços e benefícios básicos, que venham a gerar autonomia, também, através do trabalho.

As gestões públicas poderão aprender sobre novas tecnologias de gestão para lidar com o cuidado para pessoas em extrema vulnerabilidade, dando centralidade aos sujeitos e seus contextos de vida, podendo apresentar essas possibilidades não somente como reabilitadoras para as funções do cotidiano, mas como preventivas, vez que é sabido que muitos dos quadros de vulnerabilidade se agravam justamente diante da falta de oportunidades. Uma ação sistêmica de cuidado pode colaborar na produção de uma sociedade menos padecedora e que produza mais saúde.

As contratantes de mão de obra se beneficiarão da possibilidade de fortalecimento de políticas de incentivo ao desenvolvimento dos negócios, que pode evoluir para incentivos fiscais, tendo em vista as oportunidades legais preexistentes. Poderão contar também com o suporte e treinamento de equipe capacitada para o cuidado relacionado ao uso abusivo e nocivo de álcool e outras drogas; formação de redes colaborativas; e adesão de consumidores engajados na solução de problemáticas sociais.

A problemática do crescimento da PSR, sem perspectivas de vida, desafia, em graus diferentes, todos os centros urbanos do Brasil. A falta de iniciativas estruturadas para

atacar o problema e uma rede de atenção psicossocial desinvestida, com SUAS e SUS desvalorizados, agravam a situação. Para o mal e para o bem, o problema não se permite mais ser invisibilizado, e as soluções podem emergir das boas experiências na sociedade, que podem ser mais bem conectadas e gozar de investimentos mais agressivos.

São necessárias soluções de cuidado e proteção social, buscando a autonomia das pessoas que estão em situação de rua, usuárias de drogas ou não, que padecem do mesmo estigma e mácula da criminalização da pobreza e do racismo. As oportunidades de trabalho para todas, nas suas diferentes formas, sem homogeneizar os sujeitos e sem desconsiderar os seus históricos exclusão são um caminho para uma sociedade mais saudável e comprometida com o seu presente.

8 CONCLUSÃO

Eu já estava, há seis anos, na equipe de coordenação do Programa Corra pro Abraço, quando decidi sair para uma nova jornada profissional; era o ano de 2021, quando havíamos atravessado os piores momentos da pandemia do novo Coronavírus. O momento da despedida é sempre um momento de balanço e reflexão, sobre como cheguei, como contribuí, como estou saindo. Este trabalho me fez recapitular essa trajetória e, ao mesmo tempo, a minha saída do Corra me apresentou um novo sentido para esse trabalho.

Esse trabalho diz sobre uma problemática incontornável e inevitável da gestão pública e da visão de sociedade; é o testemunho das entranhas de um cotidiano duro de profissionais muito especiais, com os quais tenho orgulho de ter trabalhado (ao ler me lembro de coisas que não escrevi, mas que não quero me perder da sensação) e me lembra que não acreditar não é uma alternativa diante de tantas violações graves. Para nós que passamos pelo Corra pro Abraço, a missão é manter a busca, a responsabilidade e a consequência de qualquer ato em que estejamos envolvidas como profissionais e como cidadãs.

Para todo o texto, eu optei por uma linguagem neutra ou por flexionar o gênero no feminino, como exercício cognitivo que será necessário para compreender o sentido de qualquer das coisas que foram ditas. Para lidar com a problemática, será necessário pensar diferente, extrapolar os protocolos, não homogeneizar e se manter vigilante quanto à reprodução de estigmas, nos espaços públicos e privados.

Seguir, compulsoriamente, protocolos homogeneizantes tem permitido a violação de direitos, tem permitido ao poder público não ter solução imediata para crianças e idosos dormirem nas ruas sob chuva ou sol, por exemplo. Sem deixar de ser disciplinada, a gestão do Corra tem sido isso, tem quebrado protocolos, tendo a seu favor a legislação que garante direitos e que deveria sempre anteceder o protocolo. Após receber todas as negativas para abrigar mulheres com criança pequena no limiar da noite, por conta de a mulher não atender às condicionalidades, buscou-se

assistência na rede do município vizinho. O Corra mostrou, ao longo dos anos, que não se trata de acreditar, mas sim de que, de fato, “outros caminhos são possíveis”, e que não se trata apenas de querer; todas as frustrações em não conseguir soluções para muitos casos que o digam, mas tem que haver uma convergência de sentidos entre a gestão e a equipe técnica, para que todo o possível, de fato, seja feito.

Uma grande frustração que tive foi ver toda a equipe de profissionais da assistência social (incluo, além das assistentes sociais, redutores de danos, arte-educadores, entre outros), que não saiu do *front* para o cuidado da população no período da pandemia, não ter sido priorizada para a vacinação. Esse foi, para mim, um grande ponto de inflexão.

Já sabemos da desvalorização das profissionais que atuam junto à população mais empobrecida, mas não é possível naturalizar isso. Os decretos de orientação de fechamento ou abertura dos serviços desconsideravam, peremptoriamente, esses serviços e os desorganizavam na ação, sem o que ou quando estava funcionando. A prioridade da vacinação apenas para as psicólogas, que também compõem essas equipes, foi o toque de perversidade que não faltava. Estruturalmente, as categorias profissionais mais embranquecidas foram vacinadas primeiro.

Conforme eu disse, exatamente por tudo isso, deixar de acreditar não é uma opção, há muita gente precisando da nossa capacidade de produzir soluções. Talvez por esse motivo, na minha última semana de trabalho no Corra pro Abraço, aconteceram 03 situações que me deram ânimo para voltar e concluir esse trabalho.

A primeira se deu em uma tarde dos meus últimos dias no Corra pro Abraço, quando um rapaz assistido antigo do Programa chegou na sede e pediu para me chamar, algo que nunca fizera antes. Levantei e fui atendê-lo na sala. Ele me contou o que havia ocorrido na vida dele naqueles últimos tempos, que estava com uma filha com necessidades especiais e que estava sem emprego. R. me pediu para conseguir um emprego para ele, um curso, algo que lhe abrisse perspectiva.

Eu respondi que fiquei feliz pela confiança que ele demonstrava, que lamentava a situação, que não poderia garantir, mas que ele deixasse o currículo atualizado conosco. Embora não tenha contado para ele, preocupada em não levantar

expectativas e, de repente, o frustrar, eu tinha em vista as vagas para Redutores de Danos da seleção do projeto Girassóis da PMS (Prefeitura Municipal de Salvador). R. tinha perfil e poderia ser uma oportunidade. Fizemos o encaminhamento do currículo, ele passou na seleção e assumiu a vaga.

Ao longo dos 8 anos, apenas o Corra realizava curso de RD para usuários de drogas; partindo do princípio histórico, técnico e ético, R. havia feito o curso com um bom aproveitamento. A aproximação que ele tinha com o Movimento de População em Situação de Rua ajudava no contexto da seleção, sendo um dos elementos no barema do edital.

A segunda situação ocorreu, justamente, no dia em que me ofereceram um bolo para a minha despedida; a sede estava fechada para atendimento, C., uma mulher trabalhadora, acompanhada pelo Corra, visitou-nos para honrar o seu contrato de trabalho, como redutora de danos, com a minha assinatura e a de Emanuelle Teixeira, psicóloga, sua técnica de referência, enquanto testemunhas. Foi um momento de muita alegria. Fomos testemunhas da batalha e dedicação de C. para conseguir um trabalho, a partir dos diversos cursos que realizou.

Contratada pelo Girassóis, em meio à pandemia, C. utilizou a sede do Corra para participar de treinamentos e reuniões, já que não gozava da estrutura necessária em casa. Após assinar o seu contrato, convidei C. para comer o bolo conosco, representando todas as pessoas assistidas que estão nesse corre de se capacitar, trabalhar, apesar de tantos obstáculos. Eu disse para ela, diante de toda a equipe, que a presença dela naquele dia em que eu me despedia me deixava uma forte mensagem de perseverança, de trabalhar duro para poder acreditar na mudança.

Por fim, a terceira situação aconteceu naquela mesma semana, quando já era noite e eu estava entendendo o turno, porque precisava deixar as coisas organizadas na minha saída do Programa. Foi uma situação que não havia se dado desde o início da pandemia, com a sede fechada para atividades com o público. Eis que o telefone tocou e era uma delegada, que pedia o apoio do Corra pro Abraço, para encaminhar a situação de uma moça que teve alta do hospital após uma cirurgia por fratura na perna, e o hospital ligou para a delegacia, para que a polícia resolvesse (situação a se frisar).

A moça relatava que vivia na rua e citou o Corra pro Abraço como serviço que a atendia. Nitidamente, não era um caso de polícia, mas o estigma e o desconhecimento levaram o hospital a entender que era o caso.

De posse do nome, pude pedir para verificar se era uma assistida nossa e quem seria a técnica de referência e confirmamos. A moça não estava sendo encontrada no campo e havia sido vítima de agressão pelo seu companheiro, o que levou à fratura exposta na perna. A técnica de referência, então educadora jurídica, Alessandra Coelho, deu o suporte e articulamos com a coordenação de acolhimento institucional da prefeitura de Salvador, que respondeu positivamente sobre a vaga e que dirigir-se-ia ao Corra para buscá-la. Assim, pudemos pedir à delegada que a trouxesse, aguardamos, e a mulher foi acolhida em uma unidade do município.

O rápido encaminhamento deste caso foi resultado de muito trabalho de articulação, formação e sensibilização, realizados pelos profissionais do Corra pro Abraço, que não se via nos primeiros anos de trabalho. Em outros tempos, não havia a possibilidade de haver uma resposta e acolhimento tão ágil. Não, necessariamente, por falta de vontade das profissionais, mas porque, em geral, há um engessamento da gestão, que tende a priorizar o cumprimento do protocolo em detrimento ao cumprimento do direito, não permitindo flexibilidade às profissionais.

Não posso deixar de dizer que sim, existem profissionais no campo da proteção social que são convictamente insensíveis ao cumprimento do direito, amarrando a sua prática a protocolos que podem não fazer sentido para a realidade de vida daquele público. Tampouco posso afirmar que não existe resistência ao atendimento; no entanto, um caso como esse, naquelas circunstâncias, chegou até a mim, servindo para me lembrar que existe o caminho da perseverança, do bom trabalho técnico e engajado, que pode levar à desconstrução da desumanização dirigida a mulheres e outras pessoas negras em nossa sociedade.

Deixei por último esse fato que não fala sobre demanda de educação e nem trabalho, com o propósito de lembrar que a base de todo o processo de desenvolvimento social está na proteção social, na garantia de direitos acontecendo, de fato. O estigma e a criminalização da pobreza levaram o hospital a chamar a polícia para alguém que

precisava de cuidado. A violência doméstica vulnerabiliza ainda mais as mulheres. Violências de toda sorte sem o devido suporte levam as pessoas a estarem em situação de rua, sem acesso à educação formal e demais direitos básicos, sobrevivendo na informalidade do subemprego.

Foram muitas histórias de referência que eu vi acontecer, enquanto estive no Corra, mas relato essas três, que se deram nos meus últimos dias, fazendo-me lembrar que vale a pena o trabalho duro e que podemos conquistar mudanças se construímos uma rede forte com investimento em política pública de qualidade, para as populações mais vulneráveis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA Jr., A. J. **Administração e Racismo: ampliando as formas de análise do desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Hucitec, 2012.

ARAÚJO, Edgilson Tavares de. **Outros caminhos são possíveis:** Corra pro Abraço: ação pública de redução de riscos e danos para populações vulneráveis. Salvador: Comunidade Cidadania e Vida, 2019.

ARTICULAÇÃO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS E AÇÕES FORMATIVAS (ADESAF). **Apresentação do programa De Braços Abertos.** Disponível em: <<http://adesaf.org.br/novo/sao-paulo-de-bracos-abertos/>>. Acesso em: [2022].

BAHIA. Lei nº 12.947, de 10 de Fevereiro de 2014. Política Estadual para a População em Situação de Rua e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.rcdh.es.gov.br/sites/default/files/2014%20BAHIA%20Lei%2012947%20Politica%20Estadual%20Pop%20Rua.pdf>> Acesso em: [2022].

_____. DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO. **Relatório das audiências de custódias na comarca de Salvador/BA: anos de 2015-2018.** / Defensoria Pública do Estado da Bahia. 1ª. ed. - Salvador: ESDEP, 2019. 108 p.

_____. SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SJDHDS). **Relatório de execução do Programa Corra pro Abraço. Nov. de 2017.**

_____. SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE (SETRE). **Competências da SETRE.** <Disponível em: <http://www.setre.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=186>> Acesso em: 16 set. 2019.

BRASIL. Decreto Federal nº 6.117, de 22 de Maio de 2007. Aprova a Política Nacional sobre o Álcool, dispõe sobre as medidas para redução do uso indevido de álcool e sua associação com a violência e criminalidade, e dá outras providências. Brasília.

_____. **Decreto Federal Nº 7.179, de 20 de maio de 2010.** Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, cria o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. Brasília.

_____. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2009/decreto-7053-23-dezembro-2009-599156-norma-pe.html>> Acesso em: [2022].

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Rua: Aprendendo a contar: Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua.** Brasília-DF. 240p. 2009.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). **Portaria Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011.** Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou

transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). **Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho / Secretaria de Atenção à Saúde**. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. <<http://www.ee.usp.br/departamento/nucleo/CComs/doc/Sm%20e%20economia%20solid%E1ria.pdf>>. Acesso em: [mar. 2019].

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio**. Agência IBGE Notícias. Editoria: Estatísticas Sociais. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>>. Acesso em: 05 nov. 2022

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019**. IBGE, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101678>>; Acesso em: 24 abr. 2020.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais. Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>> . Acesso em 24 abr. 2020.

_____. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)**. Nota Técnica, Jun./2020. Número 73. (Autor: Marco Natalino). IPEA, Brasília.

_____. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **População em Situação de Rua em Tempos de Pandemia: Um Levantamento de Medidas Municipais Emergenciais**. Nota Técnica, Jun./2020. Número 74. (Autores: Tatiana Dias Silva, Marco Natalino e Marina Brito Pinheiro). IPEA, Brasília.

CARNEIRO, S. **Movimento Negro no Brasil: Novos e velhos desafios**. CADERNO CRH, Salvador, n. 36, p. 209-215, jan./jun. 2002.

FLAUZINA, A. L. P. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. 2.ed. Brasília: Brado Negro, 2017.

GOULART, G. **Crivella fará parceria com estado para internação involuntária de morador de rua dependente químico**. Extra. Rio de Janeiro, 31 jul. 2019. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/crivella-fara-parceria-com-estado-para-internacao-involuntaria-de-morador-de-rua-dependente-quimico-23844592.html>>. Acesso em: 11 set. 2019.

HARI, Johann. **Na fissura: uma história do fracasso no combate às drogas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HART, Carl. **Um preço muito alto: a jornada de um neurocientista que desafia a nossa visão sobre as drogas.** 1ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MAGALHÃES, L. E., TEIXEIRA, F. **Crivella cria cota para moradores de rua em contratos com a prefeitura. O Globo.** Rio de Janeiro, 31 jan. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/crivella-cria-cota-para-moradores-de-rua-em-contratos-com-prefeitura-22348441>>. Acesso em: 10 set. 2019.

MOORE, C. **Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo.** Belo Horizonte: Mazza edições, 2007.

MUNANGA, K.. **Redisputando a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ONU.PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS (PNUD). **Relatório Regional de Desenvolvimento Humano 2013-2014. Segurança Cidadã com rosto humano:** Diagnóstico e Propostas para a América Latina. PRODUÇÃO EDITORIAL: Centro Regional para a América Latina e o Caribe. Divisão Regional para a América Latina e o Caribe.

RIBEIRO, E. **A guerra às drogas: sucesso de crítica e público (Parte I).** Revista Fórum. <<https://www.revistaforum.com.br/2015/09/09/a-guerra-as-drogas-sucesso-de-critica-e-publico-parte-i/>>. Acesso em: 09 set. 2019.

RIO DE JANEIRO (Município). **Apresentação do projeto Resgate.** Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/quest/exibeconteudo?id=7105240>>. Acesso em: [2022].

RIO DE JANEIRO (Município). **Resgate solidário prefeitura faz ação de acolhimento de população em situação de rua na Lapa.** Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://noticias.prefeitura.rio/assistencia-social-direitos-humanos/resgate-solidario-prefeitura-faz-acao-de-acolhimento-de-populacao-em-situacao-de-rua-na-lapa/>>. Acesso em: 10 set. 2019.

RIO DE JANEIRO. DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO (DPE). **Projeto Resgate garante emprego formal a morador em situação de rua.** Defensoria Pública do Estado, 28 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/4425-Projeto-Resgate-garante-emprego-formal-a-morador-em-situacao-de-rua>>. Acesso em: 10 set. 2019.

ROCHA, E. M. **Mulheres vulnerabilizadas: percepções de violência em contexto de rua num território de Salvador/BA.** 1ª Edição. Salvador: Editora Selo, 2020.

SAMPAIO, Elias de Oliveira. **Dialogando com Celso Furtado: ensaios sobre a questão da mão de obra, o subdesenvolvimento e as desigualdades raciais na formação econômica do Brasil.** 1ª Edição. Editora: Hucitec, 2019

SANTOS S. E. **Inovação em políticas públicas sobre drogas: uma análise argumentativa sobre o Projeto Corra pro Abraço.** Programa de pós-graduação em gestão de políticas públicas e segurança social. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2015.

SANTOS, H. **A Busca de um Caminho para o Brasil: a Trilha do Círculo Vicioso.** Hélio Santos. Editora Senac: 2001.

SANTOS, M. **As cidadanias mutiladas. O preconceito (vários autores).** São Paulo: IMESP, 1996/1997. P.133-134.

VARGAS, A. F. M. e CAMPOS, M. M. **A trajetória das políticas de saúde mental e de álcool e outras drogas no século XX.** <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019000301041>. Acesso em 08 agosto de 2019.

VARGAS, J. **Desidentificação: a lógica de exclusão antinegra no Brasil.** Osmundo Pinho e João Vargas (orgs.), *Antinegritude: o impossível sujeito negro na formação social brasileira* (Cruz das Almas, EDUFRB, 2016), p. 13-30.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4^a ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.